

» AGRSSÃO

CPMI constata falta de estrutura para combater a violência contra a mulher

Dos cerca de 2 mil casos de estupro ocorridos na capital em 2011, apenas 10 foram julgados. Comitativa analisou as condições de atendimento à mulher em situação de risco

Vanessa Prateano

O Paraná não cumpre a contento a Lei Maria da Penha, os casos de agressão doméstica estão ficando impunes e não há dados que subsidiem o poder público para que a situação seja revertida.

Esse é o diagnóstico preliminar feito por deputados e senadores que integram a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Violência contra a Mulher que estiveram no domingo e ontem em Curitiba. Durante conversas com o vice-governador Flávio Arns e secretários do estado, visitas a delegacia e audiência pública na Assembleia Legislativa, a presidente da CPMI, deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG), e a relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), encontraram sérios problemas estruturais na rede que atende a mulher vítima de agressão.

Alta mortalidade

A comissão veio ao Paraná depois de passar por sete estados. No total, serão visitadas as dez unidades da federação onde mais se matam mulheres, além das quatro mais populosas. O Paraná figura em terceiro lugar no primeiro quesito — aqui morrem 6,3 mil mulheres para cada 100 mil habitantes (dados de 2011), índice acima da média nacional, de 4,4 mortes/100 mil. O município de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, é o segundo mais violento de todo o país, com 24 mortes/100 mil.

Na audiência, os parlamentares fizeram uma série de questionamentos a membros do Ministério Público (MP), da Secretaria de Segurança Pública (Sesp) e do Tribunal de Justiça (TJ), e saíram sem respostas. “Vocês terão uma semana para responder à CPI”, cobrou Ana Rita.

A relatora afirmou que, assim como nos outros estados já visitados, o Paraná não tem dados confiáveis sobre como está cumprindo a Lei Maria da Penha, o que deixa a CPI no escuro. Foram feitos pedidos ao TJ, Sesp, MP, às secretarias de Saúde (Sesa) e Justiça (Seju) e, após quase 30 dias, somente o TJ havia enviado os dados, todos incompletos. A Seju entregou os dados em cima da hora, horas antes da audiência. “Os estados ficaram desesperados quando fizemos

os pedidos. Todos eles”, disse Ana Rita.

Entre as informações repassadas pelo TJ, um número surpreendeu a comissão: o de processos judiciais que efetivamente resultaram em condenação. Até o ano passado, estavam em aberto 7 mil processos envolvendo violência contra a mulher no Paraná, dos quais 4,2 mil (60%) envolviam violência doméstica. Desse total (ligados à Lei Maria da Penha), apenas 5,5% obtiveram sentenças condenatórias, o que foi motivo de questionamento da relatora à desembargadora Denise Kruger, que prometeu enviar até sexta-feira um posicionamento do órgão sobre o alto índice de impunidade.

Outro dado que gerou protesto da plateia e comentários dos deputados foi o número de suspeitos de estupro condenados no estado: de acordo com levantamento do movimento de mulheres, repassado à CPMI, ocorreram 2.222 casos de estupro em Curitiba em 2011, dos quais 10 tiveram o processo concluído. Desses, apenas dois resultaram em condenação dos réus. Em relação ao número, o TJ, representado pela desembargadora, disse não ter conhecimento, e prometeu enviar explicação à CPMI até esta semana.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 JUN 2012

PLANO DE AÇÃO

Confira cinco medidas que o Paraná precisa implantar, destacadas pela CPMI, com o apoio da OAB-PR e do movimento feminista:

» **Criar mais delegacias** da mulher. Hoje, são 14, mas o governo federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), cobra ao menos 27. A delegacia de Curitiba também deve se especializar em violência doméstica, o que hoje não ocorre, uma vez que seu poder de investigação é limitado por um decreto-lei de 1985, muito anterior à Lei Maria da Penha (2006).

» **Construir mais casas-abrigo**, locais para onde vão

mulheres ameaçadas de morte. Hoje, há cinco em todo o estado, e uma em Curitiba, que atende à capital e região metropolitana. A situação precisa mudar, uma vez que a violência está se deslocando para o interior, e também porque não basta processar o agressor, é preciso garantir que ele não terá oportunidade de se vingar da vítima.

» **Criar a Secretaria Estadual da Mulher**, que poderá trabalhar melhor a questão de gênero. Essa é uma exigência da SPM, que entende que secretarias que abrangem a família, o idoso, a criança e o adolescente, como é o caso no Paraná, não dão a devida atenção ao tema.

» **Estruturar a Defensoria Pública**, para que mulheres pobres que não podem pagar por um advogado tenham esse serviço ofertado pelo Estado. Além disso, é preciso criar núcleos de defesa da mulher dentro dos órgãos, para que trabalhem melhor a questão de gênero dentro dos tribunais.

» **Criar mais juizados especiais de violência doméstica**, assim como mais centros de referência, capacitando os funcionários para lidar com o tema. A preocupação é desenvolver também programas de reeducação do agressor, para impedir que ele venha a cometer o crime novamente, em outra relação.

24 MORTES

de mulheres para cada 100 mil habitantes. Esse é o índice da violência em Piraquara, segundo município com a pior taxa do país.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 JUN 2012

FALHAS

Delegacia especial não tem poder de atuação

O órgão de maior importância no combate à violência de gênero, na opinião da presidente da CPMI, Jô Moraes, é a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (Deam). "Ela é a porta de entrada de todo o sistema, é onde ocorre o primeiro contato. Se ela não atende bem, a mulher não volta, perde a confiança na Justiça", disse, durante visita à única Deam de Curitiba. No local, a CPMI constatou deficiências, que foram objeto de questionamento ao secretário estadual de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, durante audiência na Assembleia ontem. Atualmente, no Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) adotado pelas polícias civil e militar, não há um campo que especifique que a mulher sofreu violência doméstica. Ou seja, quando ela comunica o crime e preenche um relatório, não há espaço para que informe que a agressão ocorreu dentro de casa, e não na rua, por um estranho. A longo prazo, é impossível para o Estado saber se as mulheres precisam preferencialmente de políticas públicas que cobram estupro, latrocínio ou agressões pelo parceiro, que são mais complexas e exigem outro tipo de abordagem. Outras questões apontadas pela delegada-titular da

Deam de Curitiba, Maritza Haisi, dizem respeito à falta de recursos humanos, já que a Deam não conta com profissionais de psicologia para atender as agredidas (apenas uma estagiária). Nas contas da delegada, para o ritmo atual, com 1,1 mil inquéritos abertos até maio, ela precisaria de mais 14 escrivães (hoje há oito), outras três delegadas (são três) e 38 investigadores (há 11 fazendo trabalho de campo e 9 em tarefas administrativas).

Por fim, pela falta de pessoal, o intervalo entre a confecção do Boletim de Ocorrência e a tomada de depoimento pode durar até duas semanas. "Com todo esse tempo de espera, a mulher vai ser morta. É inadmissível", afirmou o deputado federal Dr. Rosinha.

Promessa

Durante discurso na Assembleia, o secretário de Segurança, Reinaldo de Almeida César, prometeu que incluirá o campo para violência doméstica no boletim unificado e prometeu contratar mais profissionais para a delegacia. Também garantiu que serão criadas mais Delegacias da Mulher no estado – hoje há 14, embora sejam necessárias pelo menos 27. Almeida César, no entanto, não respondeu quando as medidas serão tomadas. A CPMI deu uma semana para que a pasta apresente seu plano de trabalho.

MP contraria o próprio discurso e vai contratar 180 comissionados

Enquanto cobra a demissão de servidores com cargos em comissão nas câmaras municipais, Ministério Público envia projeto para ter mais funcionários não concursados

Euclides Lucas Garcia e Katna Baran, especial para a Gazeta do Povo

¶ Ao mesmo tempo em que cobra de câmaras municipais do Paraná a redução do número de servidores comissionados, o Ministério Público Estadual (MP) está aumentando o total de cargos em comissão da própria instituição. Ontem, a Assembleia Legislativa aprovou, em primeira discussão, projeto de lei enviado pelo MP que pede a criação de 180 vagas comissionadas de assessor de promotoria. Os comissionados são cargos de livre nomeação e os ocupantes não precisam passar por concurso público.

Com as vagas que serão criadas, o MP vai chegar muito perto do limite que ele próprio exige de outros órgãos públicos para manter a proporcionalidade entre funcionários efetivos e

comissionados. O Ministério Público passará a ter 786 concursados contra 726 comissionados. Promotores de todo o estado estão emitindo recomendação para que as câmaras tenham no máximo 50% de comissionados.

Supremo

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o número de funcionários comissionados em órgãos públicos não poderia ultrapassar o número de servidores concursados. Desde então, o MP paranaense passou a recomendar principalmente às câmaras de vereadores que se adequassem à determinação. Foram alvo do pedido de adaptação os Legislativos de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Maringá, por exemplo. Na capital, a Câmara terá de demitir 204 funcionários em comissão, pois a Casa conta hoje com 507 comissionados e apenas 236 efetivos. O MP ainda tem deixado claro aos presidentes das câmaras que ingressará na Justiça caso a recomendação não seja seguida.

Entretanto, na contramão da cobrança que faz aos demais órgãos públicos do estado, o MP vai aumentar o próprio quadro de comissionados, a um custo de R\$ 760 mil por mês, em nome

da “modernização administrativa e funcional”. Pelo projeto em tramitação na Assembleia, o número de cargos em comissão subirá dos atuais 546 para 726. No cálculo dos 786 funcionários efetivos não estão considerados os 635 procuradores e promotores, que são considerados membros e não funcionários da instituição numa correlação, equivalem ao posto dos deputados na Assembleia.

Elogios

Durante a discussão do projeto, os deputados aproveitaram para elogiar a proposta do MP, que, segundo eles, estaria admitindo que os cargos comissionados são importantes. As declarações serviram como uma espécie de escudo de defesa, caso a exigência de corte de comissionados chegue ao Legislativo estadual. A Casa tem hoje 1.237 vagas em comissão contra 486 servidores efetivos, relação uma vez e meia maior. A maioria dos comissionados (777) está nos gabinetes parlamentares.

CONTINUA

26 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"[O projeto] desmistifica o caráter depreciativo e demeritório das pessoas que exercem cargos comissionados. Temos de tomar muito cuidado na hora de demônizá-los, principalmente o MP, que agora está usando o subterfúgio de ter assessores como pessoas de confiança", afirmou Rasca Rodrigues (PV). Já o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), defendeu que, enquanto a maioria dos efetivos se acomoda no trabalho graças à estabilidade, os comissionados são sempre cobrados porque existe o risco de serem demitidos a qualquer momento.

Único a votar contra o projeto, Adelino Ribeiro (PSL) disse que o MP usa dois pesos e duas medidas ao tratar dos comissionados. "Por que os promotores podem [ter comissionados], enquanto os vereadores, que são eleitos pelo povo, não? É uma medida injusta. Afinal, os recursos são os mesmos: o tributo dos paranaenses", criticou Adelino.

ARGUMENTOS

Ministério Público alega que reestruturação exige mais servidores

O Ministério Público do Paraná (MP) argumenta que o aumento no número de funcionários comissionados se justifica pelo fato de o órgão estar reestruturando suas promotorias. "Estamos na perspectiva de estabelecer uma estrutura mínima para que haja pelo menos um assessor por promotoria", justifica o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. "Temos funções diferentes dos outros órgãos públicos, nossa atividade não é só processual, necessita, muitas vezes, de assessoria técnica para cada área de atendimento." De acordo com o subprocurador-geral de Justiça para planejamento institucional, Bruno Galatti, a contratação por concurso de assessores técnicos geraria um custo enorme para os cofres públicos. "Com os comissionados a mais, os promotores poderão utilizar o serviço dos técnicos em alguns projetos de interesse da sociedade, de acordo com os interesses de cada promotoria", afirma Galatti.

Lei e proporcionalidade

Gilberto Giacoia diz ainda que a proporcionalidade entre efetivos e comissionados será cumprida pelo MP, mesmo com o aumento. O número de cargos em comissão não ultrapassará o de concursados. Além disso, uma lei estadual exige que 10% das funções comissionadas de assessoria sejam ocupadas por servidores de carreira. Hoje, diz o procurador-geral, 11,5% dessas funções são desempenhadas por concursados (61 cargos). Já entre as funções de chefia e direção, a norma determina que 60% devem ser preenchidas por servidores concursados. Giacoia afirma que ocupa 83% com efetivos (dez funcionários de carreira e dois comissionados).

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Contratações são legais mas “imorais”, dizem especialistas

■ Mesmo com respaldo legal, especialistas classificam como “imoral” a contratação de mais servidores comissionados pelo Ministério Público do Paraná (MP). “Isso é negativo do ponto de vista democrático, pois elimina a justa possibilidade de o cidadão participar de um processo seletivo [para ingressar no MP]”, diz o pós-doutor em administração municipal Denis Alcides Rezende, professor da PUCPR.

Para Rezende, antigamente a contratação de comissionados se justificava pelo fato de poucos brasileiros terem condições técnicas de assumir os cargos. “Não tínhamos número suficiente de universidades que conferiam condições às pessoas para assumir posições”, diz ele. “Mas isso não se justifica mais.” Segundo o professor, o argumento de que os comissionados exercem funções de confiança não é suficiente. “Existem pessoas de notório saber que não têm proteção partidária.”

Já o advogado Romeu Bacellar Filho, especialista em Direito Administrativo e integrante do Conselho Federal da OAB, admite algumas contratações sem concurso. “No caso do MP, alguns cargos comissionados são necessários em certas funções de fiscalização, como as promotorias, que necessitam de técnicos especializados que, às vezes, não dispõem.” Mas Bacellar diz que o ideal seria a profissionalização do setor público “O número de efetivos deve ser consideravelmente superior ao de comissionados, pois o servidor tem de estar comprometido com as funções que exerce com autonomia e estabilidade, o que não acontece, na maioria das vezes, com os comissionados.”

26 JUN 2012
GAZETA DO POVO

“Estamos na perspectiva de estabelecer uma estrutura mínima para que haja pelo menos um assessor por promotoria.”

Gilberto Giacola, procurador-geral de Justiça do Paraná.

“Por que os promotores podem [ter comissionados], enquanto os vereadores, que são eleitos pelo povo, não? É uma medida injusta. Afinal, os recursos são os mesmos: o tributo dos paranaenses.”

Adelino Ribeiro (PSL), único deputado a votar contra o projeto.

26 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CADEIAS SUPERLOTADAS

Mesmo após a entrega de novos presídios, Paraná continuará a ter a maior população carcerária em delegacias do país

A CONTA NÃO FECHA

O problema da superlotação nas delegacias do Paraná está longe de ser resolvido. O governo do estado prevê a entrega de 6.348 vagas em penitenciárias ou prisões provisórias até o fim da atual gestão, mas atualmente o número de presos em subdivisões da Polícia Civil passa de 13 mil. Para a Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, a situação nas carceragens paranaenses é “caótica e desumana”.

26 JUN 2012

GAZETA DO POVO

Muito detento para pouco presídio

Mesmo que cumpra o plano de abrir 6.348 vagas em penitenciárias até o fim de 2014, o Paraná ainda terá o maior número de presos em delegacias do país

Diego Antonelli

■ A superlotação nas cadeias da Polícia Civil no Paraná não será resolvida a curto ou médio prazo. Mesmo que o governo entregue as 6.348 vagas em penitenciárias e prisões provisórias previstas até o fim da gestão Beto Richa, o estado continuará a ter a maior população carcerária em delegacias do país.

Hoje são 13.174 detentos abrigados em distritos ou subdivisões policiais (3.874 já condenados) — mais que o dobro da capacidade projetada para as cadeias (6 mil). Ou seja, 6.826 ainda permaneceriam sob a custó-

dia de policiais. A Secretaria de Estado da Segurança Pública estima que um quarto do efetivo da Polícia Civil (mil dos 4.052 servidores) cuide de presos, em um evidente caso de desvio de função.

Em março, o governador assinou um decreto que estabelece como meta transferir 8.534 presos de delegacias para unidades prisionais da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) até o fim de 2013. Mas, na prática, a medida é de difícil aplicação.

O diretor do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), Maurício Kuehne, acredita que o esvaziamento completo das carceragens policiais ocorrerá daqui a pelo menos seis anos. “Até lá vamos ter uma média de 5 mil presos em delegacias. É um processo lento, que não se resolve do dia para a noite”, afirma.

Para o professor de Direito André Giamberardino, membro do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a raiz do problema é justamente o fato de o Paraná ter duas secretarias para tratar do mesmo assunto. “O ideal era que uma secretaria

assumisse a responsabilidade

sobre os presos. Pela lei é inadequado manter um preso, seja condenado ou provisório, em delegacias”, afirma.

Kuehne diz que o objetivo é que a Seju assuma toda e qualquer custódia de detentos. “Com isso, as carceragens que hoje estão à cargo da Sesp ficarão sob nossa responsabilidade.”

Espaço apropriado

Segundo Giamberardino, hoje não há espaços apropriados para manter presos provisórios e temporários no estado. “Se não há vaga suficiente, deixa a pessoa esperando abrir vaga sob custódia em casa e não em um lugar superlotado”, opina.

O coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública da UFPR, Pedro Bodê, concorda que delegacias não servem para abrigar presos. “O preso deve ficar na delegacia por um breve período, até o fim das oitivas, por exemplo, e depois ser transferido para um local adequado.”

Porém, ele acredita que a simples abertura de novas vagas será insuficiente para sanar a questão. “À medida que se criam vagas, logo essas já estarão ocupadas. Esse não é o melhor caminho a seguir. Deve-se usar a carceragem só em casos mais graves, mas isso demanda uma mudança de mentalidade na população [que pressiona por mais prisões]”, afirma.

A Lei 12.403, de julho de 2011, determina que pessoas detidas por crimes com penas inferiores a quatro anos não fiquem presas antes da condenação. A mudança permitiu que os juízes tivessem mais opções de medidas cautelares — não apenas a prisão em regime fechado. Desta forma, a já inchada estrutura carcerária brasileira passou a receber menos detentos, mas a medida não foi suficiente para resolver o problema da superlotação, pelo menos no Paraná.

População de presos nas unidades da Polícia Civil do Paraná é mais que o dobro da capacidade projetada para as carceragens.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

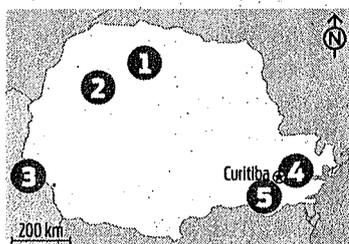
26 JUN 2012

SISTEMA CARCERÁRIO

O Paraná ocupa o primeiro lugar no ranking dos estados que mais mantêm presos em delegacias. Confira os números nas regiões Sul e Sudeste.

Mais vagas

Duas penitenciárias recém-inauguradas estão praticamente vazias. Juntas, elas têm capacidade para abrigar 1.050 presos.



- 1 **Colônia Penal Industrial de Maringá:** inaugurada em 14 de maio de 2012. Capacidade para 330 presos. Sem população carcerária.
- 2 **Penitenciária de Cruzeiro do Oeste:** inaugurada em 30 de março de 2012. Capacidade para 720 presos. Trinta vagas já ocupadas.
- 3 **Cadeia Pública Laudemir Neves, Foz do Iguaçu:** reforma entregue em 18 de maio. Capacidade para 732 vagas. Lotação esgotada.
- 4 **Penitenciária Central do Estado, Piraquara:** mais 300 vagas foram abertas em 9 de março, elevando a capacidade para 1.480, todas já ocupadas.
- 5 **Centro de Regime Semiaberto da Lapa:** inaugurada em fevereiro com 63 vagas, já recebeu 43 presos.

Estado	Presos em delegacia
1º Paraná	13.174
2º Minas Gerais	6.538
3º São Paulo	5.999
4º Rio de Janeiro	1.686
5º Espírito Santo	437
6º Santa Catarina	368
7º Rio Grande do Sul	0

Plano do governo até 2014

Investir R\$ 160,8 milhões na ampliação de oito unidades penais e na construção de seis novas cadeias públicas. Desse total, R\$ 130,9 milhões serão do Ministério da Justiça e R\$ 29,8 milhões virão do estado.

Novas penitenciárias

Local	Vagas
Apucarana	540
Campo Mourão	540
Foz do Iguaçu	540
Londrina	540
Maringá	540
Piraquara (Unidade de Jovens e Adultos)	516

Ampliações

Local	Vagas
Complexo Penal de Piraquara	924
Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu	384
Penitenciária Estadual de Maringá	384
Penitenciária Estadual de Ponta Grossa	384
Penitenciária Estadual de Londrina I	384
Penitenciária Estadual de Londrina II	384
Penitenciária Estadual de Cascavel	288

Vagas insuficientes

13.174 presos em delegacias

6.348 meta de vagas

6.826 continuariam em delegacias, mesmo com as novas vagas

Fonte: Infopen, Secretaria Estadual de Justiça, Secretaria Estadual de Segurança Pública e redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

26 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEMORA

**Inaugurada há um mês,
Colônia Penal de Maringá
continua vazia**

MARINGÁ

Tatiane Salvatico,
da Gazeta Maringá

Inaugurada há um mês, a Colônia Penal Industrial de Maringá (CPIM), uma penitenciária de regime semiaberto, ainda não recebeu nenhum preso. O local com capacidade para 330 pessoas foi construído para receber presos das regiões de Maringá e Londrina. Já a Penitenciária de Cruzeiro do Oeste, também no Noroeste do estado, começou a ser ocupada na última semana depois de permanecer dois meses vazia: Trinta detentos da Delegacia de Umuarama foram transferidos para lá e a previsão é de que até a próxima sexta-feira, 160 detentos ocupem 23% da capacidade do presídio, que pode abrigar 720 detentos. No total são 1.050 vagas carcerárias que, apesar de disponíveis, até agora não foram totalmente preenchidas.

De acordo com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, a unidade de Maringá também deve receber os primeiros presos até a próxima sexta-feira. Inicialmente, a Colônia Penal irá receber 94 presos, menos de um terço da capacidade (330). O diretor da CPIM, Jaycley Marques da Silva, explica que a transferência ainda foi não iniciada por causa de ajustes estruturais da obra, como problemas de infiltração, que já foram resolvidos. "Agora é apenas uma questão burocrática, já que a administração e o alojamento estão prontos para receber os presos", diz. Silva afirma que os presos que serão transferidos estão na Penitenciária Estadual de Maringá.

Nos meses em que a Colônia Penal de Maringá e o Presídio de Cruzeiro do Oeste permaneceram inutilizados, dezenas de agentes penitenciários concursados ficaram no local sem exercer o trabalho para o qual foram designados. De acordo com o diretor da CPIM, os agentes, divididos em três turnos diferentes, ajudam na parte administrativa e na fiscalização das obras enquanto aguardam a chegada dos presos.

Outras três unidades penitenciárias foram reformadas e ampliaram sua capacidade neste ano. A velha delegacia da Lapa virou um Centro de Regime Semiaberto; a Penitenciária Central do Estado ganhou uma nova ala; e a Cadeia Pública Laudemir Neves, em Foz do Iguaçu, ganhou uma nova estrutura.

SUPERLOTAÇÃO

**Situação na cadeias
públicas é desumana,
segundo a OAB**

A situação nas carceragens de delegacias do Paraná é caótica, segundo a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Paraná, Isabel Kugler Mendes. Ela relata situações de abuso sexual, transmissão de doenças como aids e tuberculose, e de presos que não tomam banho de sol há mais de três anos. O caos resulta de um velho problema no sistema carcerário brasileiro: a superlotação.

Os presos trancafiados em delegacias e subdivisões policiais chegam a passar fome e não têm nem lugar para dormir, relata Isabel. "Há delegacias em que os presos estão comendo menos do que deveriam. Cada marmitex deveria ter pelo menos 600 gramas, já que são apenas duas refeições por dia. Mas a média de cada marmita é de 350 gramas", diz.

Ela revela que nas carceragens de Curitiba apenas uma, a do 9º Distrito Policial, tem espaço para banho de sol. "Nem a luz do sol os outros presos têm direito. Isso é desumano. Muitos dormem no cimento por não ter colchão."

Interditadas

Em todo o estado, segundo a Secretaria de Segurança Pública, 20 cadeias superlotadas estão interditadas judicialmente; ou seja, não podem mais receber detentos.

26 JUN 2012

GAZETA DO POVO

SÍNTESES – DESARMAMENTO E LEGÍTIMA DEFESA

FABRÍCIO REBELO

Reação: mito e verdade

As menos familiarizados com o tema, não é difícil acreditar que reagir a um ataque criminoso sempre termina com a morte da vítima. Afinal, esse é o discurso repetido à exaustão por parte da mídia, por autoridades e, sobretudo, pelas ricas ONGs desarmamentistas, mesmo sem compasso com a realidade. Porém, por mais que se tente camuflar, a verdade sempre se impõe e faz ruir o discurso puramente ideológico do “não reaja”, a exemplo do que mostraram os casos da idosa de Caxias do Sul (RS), ao atirar em um agressor que invadiu sua residência; e de outro idoso, em Mogi das Cruzes (SP), que matou um dos assaltantes que tentaram entrar em seu sítio.

Mas é preciso analisar o que vem sendo chamado de “reação” quando uma vítima é morta por um criminoso. Há hoje uma indisfarçável tendência a, quando da cobertura de roubos seguidos de morte, se registrar que a vítima teria reagido, daí o motivo pelo qual foi morta. Os noticiários estão recheados de matérias assim, mas, olhando de perto, logo se constata que a chamada “reação” em absolutamente nada se relaciona a uma atitude da vítima contra seu agressor.

Em tais casos, o que se vê é o rótulo de “reação” para toda e qualquer conduta que a vítima tiver, mesmo de natureza pacífica. Abaixar-se, levar as mãos ao rosto, sobressaltar-se de susto, chorar, tudo que a vítima fizer acaba rotulado como “reação”, como se a conduta esperada durante uma ocorrência fosse se manter completamente imóvel, rezando e esperando clemência.

Esse tipo de abordagem — inexplicavelmente crescente — transfere para a vítima a responsabilidade por ter sido morta. É como se uma vítima de latrocínio fosse um suicida, pois qualquer conduta que tenha pode ser vista como reação e, pior, ser usada para justificar a ação de um criminoso cruel, impiedoso.

Além disso, enfoques assim mascaram estatísticas: se toda vez que uma vítima for morta houver o registro de que reagiu, torna-se irremediável a conclusão, mesmo fictícia, de que as reações resultam em morte. Mas o foco é errado, pois essa não é a realidade. O crescimento exponencial de pessoas mortas por criminosos não decorre de um aumento de reações. O que se tem é um aumento da violência criminal, com bandidos em uma crescente de crueldade contra uma sociedade cada vez mais indefesa, adotando a postura do atirar primeiro e roubar depois.

Reações, as efetivas, são muito mais raras do que se noticia e não costumam ter o desfecho retratado nas coberturas de ocorrência que estamos nos acostumando a ver. Quando uma vítima, com os meios adequados, reage, o que se tem é a eliminação do risco — e não raro do agressor. O caso da idosa de Caxias do Sul comprova isso. Sem a arma e a reação com ela, provavelmente teria entrado para as estatísticas da violência, morta pelo bandido, que, inclusive, chegou a tentar estrangulá-la. Está, sim, uma reação verdadeira.

Proteger a própria vida é um instinto humano, mas não se pode esperar sucesso da vítima sem que disponha dos meios para tanto necessários. Inviabilizar ou dificultar o exercício da legítima defesa é desequilibrar a relação entre vítima e algoz, deixando a força apenas de um lado. O ponto de equilíbrio, por seu turno, reside justamente na arma, o mais eficaz instrumento de autodefesa.

Ou alguém acha que as armas dos idosos que atiraram nos bandidos são uma ameaça à sociedade?

Fabrizio Rebelo, bacharel em Direito, é pesquisador em segurança pública e diretor da ONG Movimento Viva Brasil.

26 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ANTONIO RANGEL BANDEIRA

Porte de arma protege?

O Estatuto do Desarmamento é uma das leis de controle de armas mais avançadas em nível internacional, fonte de inspiração para a reforma legal de pelo menos oito países. É uma lei avançada porque partiu da mobilização popular, que, ao atingir 82% de apoio, forçou o Congresso a aprová-la em 2003. O seu coração é a proibição do porte de armas, isto é, que se ande armado nas ruas. Outra medida basilar são as campanhas de desarmamento voluntário, que já tiraram de circulação mais de meio milhão de armas. Somadas, essas políticas salvaram a vida de 5 mil brasileiros, baixando os homicídios por arma de fogo de 39 mil mortes, em 2003, para 34 mil em 2010, segundo o Ministério da Saúde.

Na audiência pública recentemente realizada pela Comissão de Segurança da Câmara, refutamos o representante da indústria e comércio de armas e munições, que propôs, na prática, a revogação do porte de armas. Fez essa proposta como se fosse algo novo, e não uma volta à trágica situação de 2003. Deputados que representam os interesses desse negócio bilionário propuseram nada menos que se desportar de arma aos 700 mil advogados do Brasil, país que é o terceiro do mundo em número de advogados. O argumento é de que se trata de uma profissão de risco. Ora, quem não está em risco no Brasil? A solução não é distribuir armas para a população, pois foi a sua proliferação que colocou o Brasil como campeão mundial em homicídios dessa natureza, em números absolutos.

Não temos de inventar a solução. Basta olhar em volta, e aprender com o exemplo das nações com mais baixos índices de mortes por arma de fogo. O que fazem o Japão e a Grã-Bretanha? São países em que só as forças policiais e militares têm armas, e contam com grandes investimentos em sua eficiência. Temos de investir mais na modernização de nossas polícias.

Pela primeira vez no país isso começa a ser feito pelo governo federal, com reflexos positivos em São Paulo e no Rio de Janeiro, em que os homicídios estão despencando: queda de mais de 60% em São Paulo, e de mais de 30% no Rio.

Nesses debates, fica evidente que os favoráveis ao controle de armas se baseiam em pesquisas, em conhecimento científico. Minha equipe, ao analisar 300 mil informações sobre armas apreendidas pela polícia em todo o Brasil, revelou que apenas 10% delas eram estrangeiras e 90% tinham sido desviadas aqui dentro, por falta de fiscalização adequada. Fica a pergunta: por que a riquíssima indústria/comércio de armas e munições não realiza pesquisas? Porque sabe que os números vão desmentir sua política de armar a população, em busca do lucro máximo, indiferente à segurança da população.

Por isso a indústria de armas se baseia apenas em "casos", como o da senhora que se defendeu de um assaltante matando-o com uma arma. Não há como não simpatizar com uma anciã que se defende, mas o episódio é tão inédito que virou manchete. Um lance de sorte, com final feliz. Sabemos o que acontece normalmente quando um assaltante ataca uma senhora desprevenida. Políticas públicas não se fazem com a exceção, mas com o usual. E todos conhecemos a regra: o crime passional em São Paulo, da esposa que atira no marido que a ensinou a atirar; a policial federal que é morta numa briga com o ex-marido e o amante em Niterói; a criança atingida pela bala perdida no Rio. Acidentes com criança, crimes passionais, brigas de vizinho, nos bares e no trânsito, balas perdidas, como nos mostram os jornais todos os dias, são o desfecho trágico das situações em que se está armado.

Antonio Rangel Bandeira é sociólogo da ONG Viva Rio.

26 JUN 2012

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Disputa quente no TRT

As disputas pelas novas vagas de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) estão bem movimentadas. Das três novas vagas criadas pela Lei nº 12.841/2011, apenas uma está definida. Pelo critério de antiguidade, foi escolhida a juíza do Trabalho Adayde Santos Cecone, titular da 20ª Vara do Trabalho de Curitiba, mas o nome dela ainda precisa ser confirmado pela presidente Dilma Rousseff. A outra vaga, destinada ao quinto constitucional, era pleiteada tanto pela OAB como pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que se revezam na indicação. Em julgamento realizado ontem, o pleno do TRT decidiu que a vaga é de número ímpar e que por esse critério a indicação caberá ao MPT. A terceira vaga será preenchida pelo critério de merecimento. Três juízes do Trabalho concorrem: Paulo Pozzolo, Cássio Colombo Filho e Ney Malhadas.

Aliás..

Nos bastidores, comenta-se que Colombo Filho tem o apoio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Já Paulo Pozzolo, além de ter obtido mais pontos no critério merecimento, teria o aval do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

O número

R\$ **638,2 MIL**

é o valor que um único desembargador do Rio de Janeiro recebeu em setembro de 2011. A corregedora nacional de Justiça, ministra Ellana Calmon, reconheceu ontem a existência de tribunais estaduais que pagam aos seus juízes salários acima do valor máximo estipulado pela Constituição Federal.

Pressão por julgamento do mensalão abre nova crise no STF

Ayres Britto cobrou Lewandowski para terminar a revisão do processo até ontem. Objetivo é evitar que, devido aos prazos legais, o julgamento não comece em 1º de agosto. Mas o revisor do caso não gostou do pedido

■ A pressão para que o julgamento do processo do mensalão comece em agosto abriu nova crise no Supremo Tribunal Federal (STF): Em troca de ofícios, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, cobrou do revisor do processo, ministro Ricardo Lewandowski, a liberação do processo até a noite de ontem. Lewandowski reagiu com novo ofício, dizendo, conforme sua assessoria, que nunca atrasou nem antecipou julgamentos para não estimular "odioso" rito de exceção.

No centro dessa nova crise está o calendário do mensalão. Britto não quer novamente ser acusado de dar ao processo um tratamento diferenciado dos demais, mas, sem a liberação do processo até ontem, isso será necessário.

De acordo com Britto, se o processo for liberado nesta terça, não há tempo suficiente para que os prazos processuais sejam seguidos antes do dia 1.º de agosto. O julgamento então seria adiado para começar em 6 de agosto.

Para evitar isso, Britto terá de providenciar uma edição extra do Diário de Justiça para garantir que o julgamento comece no dia 1.º de agosto, conforme decidido pelos ministros em sessão administrativa.

Na semana passada, Britto tentou conversar com Lewandowski sobre esses prazos, sem sucesso. Lewandowski tem reclamado do comportamento do presidente do tribunal. Ele afirma, por exemplo, que nunca o STF marcou a data de um julgamento antes que o revisor terminasse seu voto. Queixou-se ainda que Britto estaria discutindo reservadamente com três ou quatro colegas o cronograma de julgamento, alijando os demais.

Britto, em compensação, afirma que por ser um processo com 38 réus, merece tratamento diferenciado, com mais sessões de julgamento e ritmo acelerado. Além disso, Britto argumenta que Cezar Peluso, ministro experiente, se aposenta no fim de agosto, e que o julgamento deve acabar antes.

Desgaste

A relação entre Britto e Lewandowski tem se deteriorado desde que o julgamento do mensalão tornou-se prioridade de sua gestão na presidência do tribunal. Lewandowski afirmava ser prejudicial às eleições municipais julgar o processo antes de outubro. Britto, por outro lado, afirma que a imprensa e a opinião pública querem um julgamento rápido e que o tribunal não deveria fazer seu calendário pensando nas eleições.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 JUN 2012



Lewandowski, que está revisando o processo do mensalão, disse que a imprensa estimula o "odioso" rito de exceção.

26 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Calmon reclama de desrespeito de TJs ao teto

Brasília - A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, reconheceu ontem a existência de tribunais estaduais que pagam aos seus juízes salários acima do valor máximo estipulado pela Constituição Federal. Levantamento feito pelo jornal "O Globo", publicado anteontem, aponta casos como o de um desembargador do Rio de Janeiro que, em setembro de 2011, recebeu R\$ 638,2 mil. As informações são da Agência Brasil.

"Não se pode negar que o Poder Judiciário, hoje, não está cumprindo o teto constitucional em relação aos salários", disse a ministra, esclarecendo, contudo, que os magistrados que receberam acima do teto constitucional não terão que devolver os valores recebidos. "Estamos preocupados e interessados em dar uma resposta à sociedade, mas não se trata de passado. Vamos pensar para o futuro, para nos organizarmos. Isso é o importante", respondeu, quando questionada a respeito da possível devolução dos recursos.

De acordo com a Constituição Federal, nenhum servidor público brasileiro pode ganhar acima do salário pago a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que hoje é de R\$ 26,7 mil. No caso dos desembargadores dos tribunais de Justiça, os subsídios não podem exceder a 90,25% do

valor, o que corresponde a cerca de R\$ 24,1 mil.

Além disso, a Resolução 13 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que, para efeito de cálculo, o teto limita, além dos vencimentos, também as gratificações, os adicionais, abonos, prêmios, as verbas de representação e outras vantagens de caráter eventual ou temporário recebidos em função de desempenho do cargo.

Há também pressão contra o teto constitucional no Congresso, onde tramita a Proposta de Emenda à Constituição 05/2011, que muda as regras para reajuste do funcionalismo público, aprovada na semana

passada em comissão especial da Câmara dos Deputados.

Na prática, entre outras mudanças, a PEC

permitirá que os funcionários públicos acumulem mais de um provento e, com isso, possam ganhar mais que o salário dos ministros do STF, que também serve de limite para a remuneração dos servidores dos demais Poderes.

Com relação ao Judiciário, no entanto, a ministra Eliana Calmon disse que a proposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é de estabelecer, efetivamente, um teto. Diante disso, informou que a Corregedoria Nacional de Justiça já tomou as providências necessárias para cobrar - "de forma enérgica" - que os tribunais de Justiça estaduais forneçam informações completas sobre suas folhas de pagamento.

CNJ quer informações completas sobre folhas de pagamento

26 JUN 2012
FOLHA DE LONDRINA
INFORME

Novo desembargador no TJ

O governador do Paraná Beto Richa (PSDB) assinou na última sexta-feira o decreto que nomeia José Hipólito Xavier da Silva, 59 anos, como novo desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, logo após receber a lista tríplice encaminhada ao Executivo pelo Tribunal Pleno do Judiciário. O nome do novo desembargador foi um dos seis propostos pela OAB, após votação entre seus membros, para a vaga. A nomeação de Xavier da Silva atende ao chamado Quinto Constitucional, preceito que reserva um quinto dos cargos de desembargador dos tribunais de Justiça dos Estados para advogados ou integrantes do Ministério Público.

26 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

INEFIÇIÊNCIA

Medidas protetivas para mulheres vítimas de agressão podem levar até seis meses para serem implementadas no Paraná, segundo a CPMI da Violência contra a Mulher. Em Londrina, prazo chega até 15 dias.

A 6ª Vara Criminal acumula 2,3 mil inquéritos abertos e 550 ações penais em andamento.

Medida protetiva é falha no PR

Avaliação é de integrantes da CPMI da Violência contra a Mulher, que estiveram ontem em Curitiba

Curitiba - A Lei Maria da Penha prevê que quando uma mulher é agredida e presta queixa pode ser atendida por uma medida protetiva na Justiça, com o objetivo de manter o agressor distante. O período previsto na legislação para a aplicação da proteção é de, no máximo, 48 horas. Entretanto, no Paraná, conforme verificou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra Mulher, esse período é de no mínimo dois meses, podendo chegar a até seis meses.

"Isso é extremamente preocupante porque é muito tempo para proteger uma vítima de agressão. É muito grave porque, neste período, em grande parte dos casos, a mulher acaba sendo morta", ressalta a senadora Ana Rita (PT-ES), relatora da CPMI.

Ela e os demais integrantes integrantes da Comissão estiveram ontem na Assembleia Legislativa, em Curitiba, participando de uma audiência pública com representantes de movimentos sociais, ges-

tores públicos, autoridades do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Comissão foi formada no mês de fevereiro para apurar a situação da violência contra a mulher no Brasil e investigar denúncias de omissão do poder público.

O trabalho da CPMI se tornou mais intenso após a divulgação do "Mapa da Violência 2012", elaborado pelo Ministério da Justiça em parceria com o Instituto Sangari, em maio deste ano. Segundo os números, o Paraná é o terceiro Estado em assassinatos de mulheres por 100 mil habitantes, com um índice de 6,3, acima dos 4,4 de média nacional. O mais violento é o Espírito Santo (9,4), seguido por Alagoas (8,3). O mesmo estudo aponta que em dez anos (2000 a 2010), mais de 43 mil mulheres foram assassinadas no País.

Além da morosidade do Judiciário em aplicar as medidas protetivas, a CPMI também destacou que a estrutura de atendimento e acompanhamento da mulher vítima de violência é insuficiente no Paraná, assim como nos de-

mais seis estados já visitados pela Comissão. Falta de pessoal, equipamentos defasados, pouca qualificação profissional e falta de diálogo entre os poderes Executivo e Judiciário, também fazem parte do levantamento realizado. Conforme os dados apresentados ontem, existem 8 mil processos acumulados na Delegacia Especializada da Mulher em Curitiba.

"A vítima denuncia e acaba não tendo um acompanhamento psicológico, não tem uma casa abrigo para onde possa ir. Então ela acaba retornando ao convívio do marido ou companheiro, correndo o risco de ser agredida novamente e até de ser morta. Muitas vezes ela é ameaçada a retirar a queixa", relatou a senadora.

Ana Rita ressalta que os poucos equipamentos existentes se concentram nas regiões metropolitanas e que o Interior está "completamente desprovido de delegacias, varas especializadas". "Percebemos que há um esforço nos Estados, mas é insuficiente.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

26 JUN 2012

Em Londrina, espera de 15 dias

Daniilo Marconi

Reportagem Local

Londrina - Gabriela (nome fictício) prestou ontem nova queixa contra o marido na Delegacia da Mulher de Londrina. Ela foi ameaçada de morte e teve seus dois filhos levados de casa. "Ele me enforcou, me bateu e mesmo assim dei chances. Sempre pensei que ele fosse mudar, mas não aconteceu. Ontem (domingo), ele me xingou e me ameaçou de morte. Sai para trabalhar e quando voltei meus filhos não estavam mais em casa. Estou agoniada", disse, aflita. A mulher de 26 anos pediu medida protetiva à Justiça.

O caso dela foi classificado como grave e encaminhado imediatamente para o Fórum. O sistema integrado foi adotado em março após parceria entre a Delegacia da Mulher e a 6ª Vara Criminal (Vara Maria da Penha). Casos de violência física contra mulher são atendidos em 24 horas em Londrina. Outros pedidos de proteção são apreciados em até 15 dias.

"Nós trouxemos para a Justiça esses atendimentos. As queixas são formali-

zadas na delegacia e repassadas diretamente para cá. Disponibilizamos equipe multidisciplinar, com psicóloga e assistente social, para atendimento imediato, que analisa o caso e avalia a gravidade. Isso é um procedimento local para que as vítimas não se sintam desencorajadas pela morosidade (da Justiça). Assim elas se sentem amparadas", afirmou a juíza Zilda Romero.

A medida protetiva garante o afastamento do agressor do lar, impede a aproximação física da vítima e restringe contatos telefônicos (o maior problema ainda é a falta de fiscalização). A 6ª Vara deferiu 365 medidas protetivas neste ano, apenas 21 pedidos foram negados. Em 2011 foram 790 deferimentos, ante 66 indeferimentos. A 6ª Vara tem mais de 2,3 mil inquéritos abertos sobre violência contra a mulher e 550 ações penais em andamento.

A rede de enfrentamento à violência contra mulheres ainda conta com casas abrigo, para onde são levadas as mulheres que não têm para onde ir, e o Centro de Atendimento a Mulher (CAM).

CONTINUAÇÃO

Os poucos equipamentos existentes funcionam, mas são insuficientes pelo tamanho da população", completou.

A presidente da CPMI, Jô Moraes (PCdoB-MG) informou que uma das propostas é a implantação de um registro único de dados para padronizar os boletins de ocorrência em relação à violência doméstica e sexual em todo o País. "Temos que saber onde devemos efetuar mais ações e isto só pode ser feito se conhecermos o tamanho do problema", ressaltou.

26 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Suprema Corte rejeita anulação de julgamento

Recurso do ex-presidente Fernando Lugo apontou suposta violação do direito de defesa

São Paulo - A Suprema Corte de Justiça do Paraguai rejeitou ontem uma ação de inconstitucionalidade apresentada na sexta-feira pelo ex-presidente Fernando Lugo para anular o julgamento político do Congresso. A sala constitucional da Corte rejeitou "in limine" (sem analisar) a ação apresentada pelo ex-presidente para denunciar a suposta violação do direito de defesa no julgamento político.

Os ministros da Suprema Corte Víctor Núñez, Gladys Baireiro de Mónica e Antonio Fretes assinaram o arquivamento da denúncia. A iniciativa de Lugo se baseou na suposta parcialidade dos senadores no sentido de anunciar antecipadamente o resultado do procedimento de julgamento político (impeachment), além de violar o direito à defesa.

A defesa de Lugo questionou o tempo concedido para preparar sua defesa, que foi de duas horas. No entanto, a Constituição do Paraguai concede ao Senado o poder de estabelecer o prazo para a defesa.

Punições

A presidente Dilma Rousseff reuniu-se ontem no Palácio do Planalto com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para tratar sobre a situação do Paraguai. O encontro, que durou aproximadamente uma hora, também contou com a presença do ministro da Defesa, Celso Amorim, e do assessor especial da Presidência para as-

suntos internacionais, Marco Aurélio Garcia.

Durante a reunião, Dilma e os ministros trataram sobre as "punições" que devem ser aplicadas ao Paraguai em função do impeachment-relâmpago do presidente Fernando Lugo, na última sexta-feira. O Brasil e as demais nações da América do Sul decidiram suspender o Paraguai do Mercosul e da Unasul até as eleições presidenciais previstas para abril do ano que vem.

Na próxima sexta-feira, um encontro dos países do Mercosul decidirá o destino imediato do Paraguai. A reunião da Cúpula do Mercosul será em Mendoza, na Argentina. O novo governo paraguaio deve ficar de fora, mas Lugo afirmou que participará do evento.

Não se sabe qual efeito terá o isolamento paraguaio do Mercosul e da Unasul (União

de Nações Sul-Americanas). Espera-se que a suspensão pressione o atual governo. A ideia foi costurada no fim de semana. Os vizinhos querem desencorajar ações similares na região.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) antecipou para hoje uma reunião extraordinária para estudar eventuais medidas diante dos acontecimentos no Paraguai, depois de o Senado do país sul-americano aprovar o impeachment de Fernando Lugo.

Em comunicado, a organização indicou que o encontro de embaixadores será realizado no mesmo horário do anterior, às 14h30 locais (15h30 em Brasília), na sede da organização, em Washington, sem especificar o motivo da mudança. "Em sua sessão de amanhã (hoje), a OEA irá discutir a situação do Paraguai, e, se necessário, tomar as decisões com que o Conselho Permanente concordar", informa o documento.

PARAGUAI:

DEMOCRACIA FALSIFICADA



- Es peor que nuestro uísque nacional!

26 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Direitos Humanos

Londrina – A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) está com inscrições abertas até 31 de julho, somente pelos Correios, para a 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos no Mundo do Trabalho. Qualquer pessoa pode participar, inclusive ONGs, empresas, cooperativas, jornalistas, fotógrafos e o cidadão comum. Basta inscrever ações e projetos relacionados ao tema que tenham sido implementados ou executados de novembro de 2010 a junho de 2012.

Informações pelo premiordh@anamatra.org.br

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MAGISTRADOS

26 JUN 2012

Tribunais estaduais descumprem teto salarial

Eliana Calmon reconheceu pagamentos acima do valor máximo estipulado

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, reconheceu ontem (25) a existência de tribunais estaduais que pagam aos seus juízes salários acima do valor máximo estipulado pela Constituição Federal. Levantamento aponta casos como o de um desembargador do Rio de Janeiro que, em setembro de 2011, recebeu R\$ 638,2 mil.

“Não se pode negar que o Poder Judiciário, hoje, não está cumprindo o teto constitucional em relação aos salários”, disse a ministra, esclarecendo, contudo, que os magistrados que receberam acima do teto constitucional não terão que devolver os valores recebidos.

“Estamos preocupados e interessados em dar uma resposta à sociedade, mas não se trata de passado. Vamos pensar para o futuro, para nos organizarmos. Isso é o importante”, respondeu, quando questionada a respeito da possível devolução dos recursos.

De acordo com a Constituição Federal, nenhum servidor público brasileiro pode ganhar acima do salário pago a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que hoje é de R\$ 26,7 mil. No caso dos desembargadores dos tribunais de Justiça, os subsídios não podem exceder a 90,25% do valor, o que corresponde a cerca de R\$ 24,1 mil.

Além disso, a Resolução 13 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que, para efeito de cálculo, o teto limita, além dos vencimentos, também as gratificações, os adicionais, abonos, prêmios, as verbas de representação e outras vantagens de caráter eventual ou temporário recebidos em função de desempenho do cargo.

Há também pressão contra o teto constitucional no Congresso, onde tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 05/2011, que muda as regras para reajuste do funcionalismo público, aprovada na semana passada em comissão especial da Câmara dos Deputados.

Na prática, entre outras mudanças, a PEC permitirá que os funcionários públicos acumulem mais de um provento e, com isso, possam ganhar mais que o salário dos ministros do STF, que também serve de limite para a remuneração dos servidores dos demais Poderes.

Com relação ao Judiciário, no entanto, a ministra Eliana Calmon disse que a proposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é de estabelecer, efetivamente, um teto. Diante disso, informou que a Corregedoria Nacional de Justiça já tomou as providências necessárias para cobrar - “de forma enérgica” - que os tribunais de Justiça estaduais forneçam informações completas sobre suas folhas de pagamento.

A ministra participou, na manhã de ontem, em Brasília (DF), de

um seminário de capacitação de operadores do direito (juízes, conciliadores e servidores do Poder Judiciário) para lidar com usuários de drogas. O evento teve a participação de assistentes sociais e psicólogos que prestaram orientação sobre as possibilidades de tratamento e reinserção social aos infratores.

A iniciativa é fruto da parceria entre o CNJ, o Ministério da Justiça e a Universidade de São Paulo (USP) e faz parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído por meio do Decreto 7.179, de maio de 2010.

26 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz Albino Jacomel Guérios é promovido a desembargador

Em sessão do Tribunal Pleno foi aprovada no último dia 22 a promoção do juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, Albino Jacomel Guérios, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, pelo critério de antiguidade. Guérios possui 28 anos de carreira no judiciário e teve seu nome confirmado por aclamação. O magistrado foi nominado como um excelente juiz, honesto, inteligente e que muito tem contribuído para o fortalecimento da magistratura paranaense. O presidente do TJ, desembargador Miguel Kfoury Neto, também destacou as qualidades de Albino Guérios. Ele ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do

desembargador Luiz Zarpelon.

Para o desembargador Albino a ideia é continuar o trabalho com honestidade e dedicação como servidor público. "Como juiz de carreira e depois de uma espera de 20 anos é uma satisfação é uma grande honra ser promovido", afirmou o magistrado.

CARREIRA

O juiz Albino Jacomel Guérios é formado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná em 1978. Tomou posse como juiz Substituto em 20 de junho de 1984, exercendo as suas funções nas seções judiciárias de Cornélio Procópio e União da Vitória.

Promovido ao cargo de juiz de

Direito em 4 de julho de 1986, assumindo a comarca de Palotina. Em 4 de dezembro de 1990 foi promovido por antiguidade à comarca de Campo Largo. Em 8 de janeiro de 1994, também por antiguidade, para a comarca de Curitiba, e em 1995 assumiu a titularidade da 11.^a Vara Cível dessa comarca.

Foi juiz auxiliar da presidência no biênio 2001/02, gestão do desembargador Vicente Troiano Neto, e mais tarde, por um ano, na gestão do desembargador Tadeu Marino Loyola. No ano de 2004 foi removido, por antiguidade, ao cargo de juiz de Direito substituto em 2º grau. Foi professor na Escola da Magistratura entre os anos de 1995 e 2001.

26 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juízes têm até 15 de julho para informar metas de trabalho

Os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) dos tribunais terão até 15 de julho para informar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quais metas fixaram para o seu trabalho. O anúncio do prazo foi feito pelo coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ), juiz Luciano Losekann, durante encontro em Brasília em que estão reunidos nesta segunda-feira (25/6) os representantes dos GMFs de todo o país. Até o final do dia, vão discutir formas de melhorar a atuação dos grupos.

A atuação dos grupos priorizará as seguintes áreas: medidas de segurança, atenção à mulher encarcerada, conselhos da comunidade, Começar de Novo (programa do CNJ de ressocialização de presos e ex-detentos), gestão das varas cri-

minais e de execução penal, penas e medidas alternativas e mutirões carcerários.

INTERCÂMBIO

A programação inclui a troca de experiências entre os participantes e a apresentação de boas práticas de execução penal. Os juízes Moacir Antônio Dala Costa e Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior falarão sobre o Programa Justiça no Bairro, que realizam no Complexo Médico Penal, em Curitiba. Em outras palestras, serão demonstradas duas iniciativas do DMF/CNJ, como o Projeto Eficiência, de Gestão Carcerária e a Calculadora de Execução Penal.

O juiz do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), Marcelo Tadeu Oliveira, aposta na proposta de troca de experiências. “Interagindo, é possível corrigir problemas e esti-

mular boas práticas”, afirmou.

Descentralização – Participam da reunião membros dos grupos de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário (GMF) de todo o país. Criados pelo artigo 5º da Resolução 96 do Conselho, em 2009, os grupos são responsáveis por monitorar a situação do sistema carcerário nos estados.

À tarde serão tratados temas priorizados pelas metas dos GMFs, como a criação dos Conselhos da Comunidade, a aplicação das penas e medidas alternativas, as inspeções mensais conforme determinação da Resolução CNJ 47/2007 e o Sistema Geopresídios, um banco de dados sobre o sistema prisional do Poder Judiciário, além do encarceramento feminino e do Programa Começar de Novo, de ressocialização de presos e ex-detentos.

26 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Corregedoria vai monitorar ação contra juiz Nicolau

A Corregedoria Nacional de Justiça vai acompanhar de perto o trâmite da ação penal proposta pelo Ministério Público Federal contra os envolvidos no desvio de recursos destinados à construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, localizado na Barra Funda, zona oeste da cidade. Na ação, o juiz Nicolau dos Santos Neto, Luiz Estevão de Oliveira Neto, Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Teixeira Ferraz são acusados de superfaturamento e desvio de recursos públicos. A principal preocupação da Corregedoria Nacional é evitar a prescrição da ação. A denúncia de risco de prescrição chegou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (SP). A denúncia foi oferecida pelo MPF em 29/2/2000, tramitou na 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo e se encontra atualmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde também tramita uma série de recursos apresentados pelos acusados. Se a ação contra o juiz Nicolau dos Santos Neto prescrever há ainda o risco de que recursos do magistrado bloqueados na Suíça desde 2000 sejam liberados, já que a repatriação dos valores só acontece após o trânsito em julgado da condenação. Com a inclusão no programa Justiça Plena, a Corregedoria Nacional de Justiça passa a acompanhar o andamento dos processos para evitar que prescrevam sem que o julgamento seja concluído.

26 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ministro rejeita pressão, e mensalão atrasará no STF

Lewandowski diz que seu prazo acaba no fim do mês;
início do julgamento deve ser adiado por 5 dias

O ministro do STF Ricardo Lewandowski, revisor do processo do mensalão, se disse "estupefato" com pressões que recebeu para devolver logo a ação e afirmou que tem até sexta-feira para concluir o seu trabalho.

A decisão deverá atrasar o julgamento em cinco dias. "Estou trabalhando noite e dia para cumprir o prazo de entregar o voto revisor no fim do mês", afirmou.

Na semana passada, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, cobrou pressa ao colega para que o processo fosse devolvido a tempo de cumprir formalidades antes do recesso e o julgamento começar na data.

Lewandowski disse que o prazo do revisor era entregar o voto até o final do mês. "Sempre tive como princípio não retardar nem precipitar o julgamento de nenhum processo, sob pena de instaurar odioso procedimento de exceção", disse em nota.

O atraso torna improvável a atuação do ministro Cezar Peluso, que se aposentará compulsoriamente antes de poder votar.

FOLHA DE S. PAULO

Ministro rejeita

pressões, e 26 JUN 2012

ação do mensalão

vai atrasar

Início do julgamento no Supremo deve ser adiado de 1º de agosto para dia 6

Lewandowski se diz 'estupefato' e fala que precipitar julgamento traria risco de 'odioso processo de exceção'

O ministro Ricardo Lewandowski, revisor do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal, se disse "estupefato" com pressões que recebeu para devolver logo o processo e afirmou ontem que tem até sexta-feira para concluir seu trabalho.

A decisão de usar todo o prazo deverá provocar um atraso de cinco dias no julgamento, adiando seu início do dia 1º de agosto para o dia 6.

"Estou trabalhando noite e dia para cumprir o prazo de entregar o voto revisor no fim do mês", afirmou Lewandowski à **Folha**, por telefone.

Na semana passada, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, enviou ofício ao colega advertindo que o processo deveria ser devolvido ontem para que o julgamento comece em 1º de agosto.

Lewandowski afirmou que ficou "estupefato" ao saber do envio do ofício. "Tive de me ausentar de Brasília na quinta-feira para o casamento do meu filho", disse. Segundo ele, o ofício de Britto era "genérico".

Lewandowski lembrou que o prazo para a devolução do processo foi aprovado pela maioria dos ministros. "O presidente está mudando o prazo? Estou surpreso."

No início da noite, Lewandowski divulgou nota em que expôs o incômodo.

"Sempre tive como princípio fundamental, em meus 22 anos de magistratura, não retardar nem precipitar o julgamento de nenhum processo, sob pena de instaurar odioso procedimento de exceção."

Ele acrescenta que o STF tem condições de cumprir o prazo e, citando reportagem de ontem da **Folha**, manifestou incômodo também com o fato de a cobrança ter ido parar na imprensa. Procurado, Britto não quis comentar.

TRÂMITE

A pressão para que Lewandowski concluísse até ontem a revisão do trabalho do relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, foi revelada no domingo pelo Painel.

Se Lewandowski tivesse concluído seu trabalho ontem, a liberação do processo seria publicada hoje. Haveria então dois dias para a notificação do Ministério Público e dos 38 réus, mais 48 horas para o início do julgamento.

Como Lewandowski não

devolveu o processo ontem, não há mais tempo para cumprir essas formalidades nesta semana, antes do recesso. É por isso que será necessário esperar mais alguns dias para dar início ao julgamento em agosto, quando os ministros voltarem ao trabalho.

Ao ministro revisor cabe identificar omissões do relator, "confirmar, completar ou retificar" o relatório.

À **Folha** Lewandowski disse que sua missão não se resume à revisão. "Tenho de fazer um voto paralelo ao do ministro Joaquim, que seja um contraponto ao voto dele. Tenho de descer ao mérito, rever provas, todos os volumes dos autos. Não é simples julgar 38 pessoas, 38 seres humanos, 38 famílias."

Lewandowski disse ainda que precisa "trabalhar em paz" e negou que esteja sofrendo pressões externas, da opinião pública ou de advogado, mas não respondeu quando questionado se sofre pressões dos colegas.

"Eu não recebi nenhuma pressão de fora, nem para adiantar nem para atrasar nada. O dia em que um ministro do Supremo não tiver isenção para julgar, a própria democracia estará em risco."

FOLHA DE S. PAULO

JULGAMENTO DO MENSALÃO CONTINUAÇÃO

Ministro Lewandowski não apresenta revisão e atrasa calendário do Supremo

26 JUN 2012

1 Previsão O STF

(Supremo Tribunal Federal) divulgou um calendário onde estava previsto que o julgamento do caso do mensalão começaria no dia 10.ago.2012

2 Contra-tempo

Para isso acontecer, o ministro Ricardo Lewandowski teria que enviar a revisão do relatório de Joaquim Barbosa até ontem

Estou trabalhando noite e dia para cumprir o prazo no fim do mês

RICARDO LEWANDOWSKI, ontem



3 Atraso

Como Lewandowski não entregou o processo no prazo sugerido pelo presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, as atividades deverão atrasar

CALENDÁRIO

Datas sugeridas pelo STF no início do mês



Início do julgamento deve acontecer cinco dias depois da data prevista porque Lewandowski não entregou o processo ontem

Início do horário político

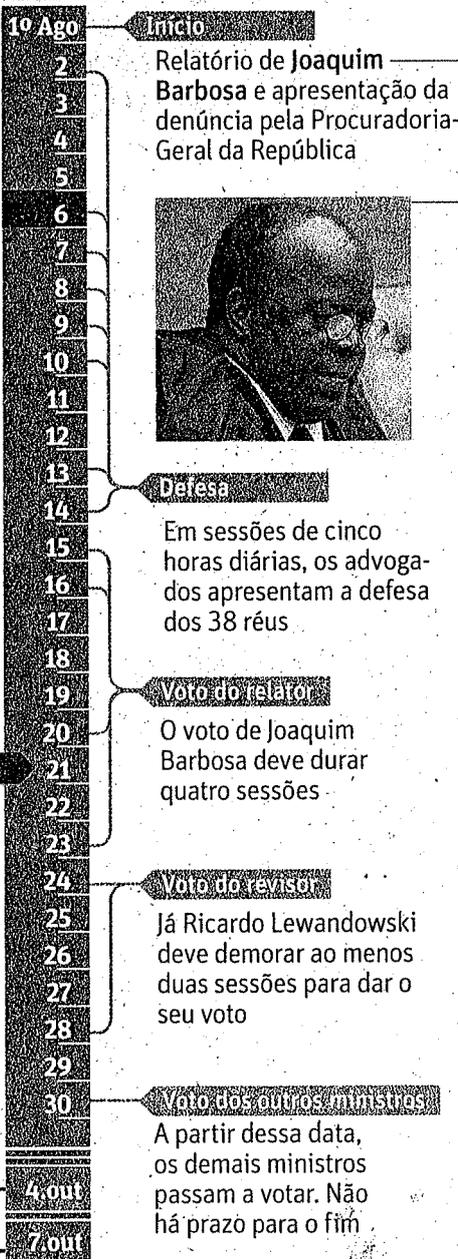
Começa a propaganda dos candidatos às eleições municipais

Fim do horário político

Acaba a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV

Eleições

Primeiro turno das eleições municipais



Participação de Peluso continua sem definição

DE BRASÍLIA

A participação do ministro do STF Cezar Peluso no julgamento do mensalão segue indefinida. Ele deverá se aposentar compulsoriamente em 3 de setembro, quando faz 70 anos, mas avisou que deverá sair dias antes, sem adiantar qual será a data precisa.

Com a perspectiva de o julgamento começar em 6 de agosto, o calendário de julgamento vai atrasar, o que torna mais improvável a participação de Peluso.

Nos bastidores, o ministro já afirmou que talvez nem volte a trabalhar após o recesso. O STF poderia julgar o caso com dez ministros, levando em conta a regra do direito penal de que, em caso de empate, o réu será beneficiado.

Se quiser participar, Peluso pode antecipar seu voto: precisa esperar apenas os votos do relator e do revisor. Mas, na melhor das hipóteses, conseguiria votar no final de agosto.

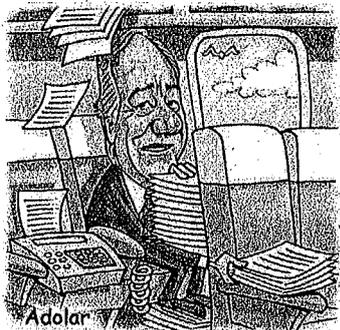
26 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Suprema discórdia

O ofício enviado pelo ministro Carlos Ayres Britto a Ricardo Lewandowski, lembrando dos prazos regimentais para liberar o processo do mensalão, revoltou advogados dos réus e petistas. Para eles, a ação de Britto foi “atípica” e deve se repetir no julgamento. Ministros do STF defendem Britto e dizem que, ao protelar a liberação, Lewandowski “age contra o colegiado”. Lembram que Cezar Peluso também cobrou celeridade do relator da ação, Joaquim Barbosa, no ano passado.



Justiça móvel Queixando-se de trabalhar diuturnamente, Lewandowski afirma que tem usado voos e até deslocamentos de carro para analisar as provas e os autos do mensalão. “Virei um verdadeiro gabinete ambulante”, descreve o ministro.

Dupla sertaneja Ao entregar memorial de defesa ontem para o ministro Luiz Fux, o advogado Antonio Almeida de Castro, o Kakay, reclamou que a denúncia do mensalão trata seus clientes, Duda Mendonça e Zilmar Fernandes, como um único réu. “Parecem Leandro e Leonardo.”

MONICA BERGAMO
**PRESSÃO
MAXIMA**

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), fez bateria de exames na manhã de ontem em SP. De acordo com interlocutores próximos, ele está “descompensado” com o trabalho dos últimos meses para finalizar o relatório do mensalão.

NARIZ VERMELHO

A pressão, sobretudo interna, do próprio STF, para que ele entregasse logo o relatório, que revisa o de Joaquim Barbosa, também estressou o ministro. Entre seus defensores a palavra mais suave para definir a atitude de outros magistrados é “palhaçada”.

SER OU NÃO SER

O relatório de Lewandowski concorda em vários pontos com o de Joaquim Barbosa. Mas não em todos. A advogados dos réus, o ministro manifestou dúvidas em relação à acusação de lavagem de dinheiro, também em virtude de mudanças nas regras internacionais que tratam desse tipo de crime.

26 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Lei de Acesso e campanhas eleitorais

ÁLVARO RODRIGUES JUNIOR

A Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, assegura a “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e a “gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação”.

No entanto, a Lei Eleitoral (9.096/95) e a resolução 23.376/12 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dispensam os políticos de revelar detalhes de quanto e de quem receberam dinheiro durante as suas campanhas. A informação só é fornecida após o pleito, na prestação final de contas.

Ocorre que a publicidade é um dos princípios fundamentais do Estado constitucional, como afirma o artigo 37 da nossa Constituição Federal. Vale a interpretação do filósofo político italiano Norberto Bobbio: “O caráter público é a regra, o segredo a exceção. O segredo é justificável apenas se limitado no tempo.”

Assim, não há, nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao

É preciso interpretar a Lei de Acesso à Informação para que os candidatos tenham de dizer quanto e de quem receberam dinheiro durante a campanha

mistério. A publicidade é um dos pressupostos imprescindíveis para a caracterização de um Estado democrático de Direito.

Se alguém não revela a sua conduta, é sinal de que está disposto a realizar ações que, caso sejam conhecidas do público, serão consideradas injustas e até mesmo ilícitas.

Por isso, os políticos candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador neste ano deveriam informar quem são todos os seus doadores de campanha e os valores recebidos de cada um antes da realização das eleições de outubro.

Cumprе salientar que não se trata de violação de legislação específica, no caso das citadas resolução do TSE e Lei Eleitoral, mas de interpretação dos princípios elencados

na Lei de Acesso à Informação.

A quem interessa o sigilo dos doadores antes das eleições? Será que a privacidade dos doadores pode prevalecer sobre o direito do eleitor de saber antes de votar quem paga pelas eleições dos políticos?

A transparência não pode ser apenas um slogan de campanha ou uma publicidade institucional, mas deve se revelar em atos concretos e que façam diferença na vida das pessoas.

É óbvio que isto não impedirá o problema das doações ocultas, porém não se pode ignorar a lição de Norberto Bobbio de que “a atitude do bom democrata é a de não se iludir com o melhor e a de não se resignar com o pior”.

O voto é a arma do eleitor contra o político corrupto, razão pela qual toda e qualquer informação é imprescindível para que o eleitor possa votar com consciência e responsabilidade.

ÁLVARO RODRIGUES JUNIOR, 41, mestre em direito civil pela Universidade de Lisboa, é juiz eleitoral em Londrina (PR)

26 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Os donos do largo de São Francisco

KLEBER LUIZ ZANCHIM E PAULO DORON REHDER DE ARAUJO

A ampla calçada em frente à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP, tem donos: por volta de 30 pessoas acomodam suas roupas e colchões ao longo das paredes da faculdade e ocupam a área por todo o dia.

À noite, somam-se mais umas 50, cada qual com seu espaço. O histórico Território Livre —palco de manifestações das mais importantes, como a leitura da Carta aos Brasileiros em 1977, marcando a reação contra a ditadura militar— vive hoje uma esquizofrenia: é uma área pública, mas foi apropriado por indivíduos sem propriedade.

Diariamente, às 7h da manhã, o cenário se repete: lixo, dejetos e dezenas de pessoas amontoadas em suas últimas horas de sono.

Perto das 8h, a prefeitura passa com seu caminhão de água de reúso, despertando-as e retirando restos de alimentos e outras misturas.

Seco o chão, parte do grupo retorna e parte se distribuiu pelas calçadas laterais, como a da frente do prédio histórico da Fecap.

O dia passa numa sequência de mendicância, brigas eventuais e até consumo de drogas. Ao anoitecer, como numa cena de “Ensaio Sobre a Cegueira”, um contingente enorme se reúne à espera da doação de alimentos para retomar o ciclo: lixo, dejetos e aglomeração madrugada à dentro até que a água da manhã venha para lavar tudo.

O texto parece frio e cruel, mas traduz a rotina de um dos locais mais importantes da história de São Paulo —e também de outros, como a praça da Sé, o largo São Bento e o entorno da BM&F Bovespa.

Estranhamente, não se fala disso.

Talvez por medo da acusação de preconceito, “higienismo” ou outros “ismos” destinados a desqualificar o orador em vez de debater argumentos. Seja como for, uma coisa é fato: ninguém em sã consciência pode achar que a situação de rua é normal ou aceitável.

Fazer vistas grossas a dezenas de pessoas sujeitas a todo tipo de intemperie, doença e violência, isso sim, merece os piores predicados. E o

Quem aponta moradores de rua apropriando para si o espaço público no centro é acusado de “higienismo”. Doar comida estimula a situação inaceitável

mais desesperador é ver essa realidade evoluindo ao lado do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública, do Tribunal de Justiça e da sede da Prefeitura Municipal.

A decisão dos moradores de rua de ocuparem o largo é lógica, fundada em dois fatores principais.

Primeiro, estão próximos do cérebro da polícia, o que cria sensação de proteção. Segundo, recebem doação de todo tipo, o que lhes assegura subsistência.

Acontece que ambos os fatores provocam uma inversão do razoável.

A segurança deles afasta os demais transeuntes, que não caminham mais pelo Território Livre.

Os alunos e funcionários da faculdade circulam apenas pela porta dos fundos, com saída para a rua Riachuelo. Os demais pedestres não se arriscam a andar com liberdade. A maioria se afasta o máximo possível dos “lotes” ocupados, temendo algum tipo de hostilidade, às vezes oriunda dos cachorros que também protegem as “propriedades”. Os taxistas que têm ponto no largo reclamam que o movimento caiu até 80%.

As doações, por sua vez, apesar de carregarem profundo gesto de amor, enterram os indivíduos na situação em que se encontram, por eliminarem qualquer incentivo à mudança. Os doadores, com toda sua boa vontade, infelizmente alimentam a situação de rua.

O perímetro do largo de São Francisco (incluindo a praça Ouvidor Pacheco e Silva, em frente à faculdade, e a calçada da Fecap) se tornou, portanto, uma hospedaria a céu aberto, com (1) proteção aos seus ocupantes, dada a proximidade da Secretaria de Segurança Pública, (2) limpeza diária com a água da prefeitura e (3) fornecimento de comida pelas instituições de caridade.

Para mudar esse quadro, é preciso consciência da sociedade e ação do Estado. A consciência social passa pela reflexão de que doar dinheiro, roupas ou alimentos na rua não ajudará a transformar as pessoas.

Já a ação estatal deve vir com indução ininterrupta (e não casual ou concentrada em períodos eleitorais) aos moradores de rua para que acessem o sistema de assistência composto por albergues e tendas espalhadas pela região central.

Não se trata de internação compulsória ou outras medidas do gênero. Trata-se apenas de desmobilizar massas que, sem conhecerem as alternativas que a rede de atendimento social oferece, tornam seu o que deveria ser de todos.

Se nada for feito, a apropriação do espaço público tende a aumentar. O território, antes livre, continuará com donos e abandonos.

KLEBER LUIZ ZANCHIM, 29, doutor em direito pela USP e advogado, é diretor do Viva o Centro e professor universitário

PAULO DORON REHDER DE ARAUJO, 29, doutor em direito pela USP e advogado, é professor da FGV-SP

26 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Deputados terão mais R\$ 150 mi para pagar salários de assessores

Decreto, que foi assinado por Dilma com nome genérico, ainda depende de um ato da Câmara para passar a valer

Presidente da Casa, Marco Maia (PT-RS) defendeu medida e disse que auxiliares não têm reajustes há 5 anos

ERICH DECAT
DE BRASÍLIA

Divulgado com o termo genérico de "pagamento de pessoal ativo da União", decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff neste mês concede R\$ 150 milhões para aumento da verba de gabinete dos 513 deputados federais.

A oficialização do reajuste ainda depende de um ato da Mesa da Câmara e pode ocorrer antes do recesso parlamentar, cujo início está previsto para o próximo dia 18 de julho.

Nos bastidores, a expectativa é a de que o aumento seja de R\$ 15 mil para cada deputado, que conta hoje com uma verba de R\$ 60 mil. Esses recursos servem para a contratação de, no máximo, 25 assessores, chamados de "secretários parlamentares".

Além de serem contratados sem concurso, esses assessores podem atuar em Brasília ou nos redutos eleitorais dos congressistas. Os salários deles variam de R\$ 664 a R\$ 6,2

mil, além de receberem auxílio-alimentação de R\$ 741.

O impacto nos cofres da Câmara para os próximos seis meses é estimado em R\$ 46,1 milhões, sem contar o pagamento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e encargos previdenciários, o que elevaria a conta para cerca de R\$ 85 milhões.

Os recursos para o aumento da verba de gabinete foram pedidos no final do ano passado ao Ministério do Planejamento. O valor aprovado de R\$ 150 milhões refere-se a todo o ano de 2012.

Como a autorização do reajuste só veio agora e não po-

de ser retroativa ao mês de janeiro, a Câmara terá margem para aumentar ainda mais a verba de gabinete. A decisão sobre o excedente caberá à Mesa Diretora.

"Asseguro que não pode ser retroativo, só vale a partir do ato", afirmou à **Folha** o primeiro-secretário Eduardo Gomes (PSDB-TO).

DECRETO

O decreto com a liberação do recurso foi divulgado no último 17 de junho junto com a liberação de recursos para outras áreas, como Saúde e Transporte. No total foram aprovados R\$ 494 milhões em créditos suplementares.

O texto foi publicado no mesmo dia em que o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), defendeu o reajuste da verbas dos deputados.

"Você sabe que minha opinião é favorável, são servidores que não têm reajuste há quase cinco anos, que têm salários mais baixos da Câmara, mas nós temos um problema orçamentário", afirmou Marco Maia.

Além da verba de gabinete e um salário de R\$ 26,7 mil, cada deputado conta com uma cota para o exercício do mandato, que varia de R\$ 23 mil a R\$ 33 mil, de acordo com o Estado de origem.

> AMAPÁ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA É DENUNCIADO

O Ministério Público acusa Moisés Souza (PSC) de integrar esquema que teria desviado R\$ 5 milhões da Casa. Segundo a denúncia, Souza e 16 pessoas sabiam de um "contrato fantasma" assinado com uma cooperativa de veículos. Ele diz que não conhecia as irregularidades e que o serviço foi prestado.

26 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

CACHOEIRAGATE

Relator pede cassação de Demóstenes por quebra de decoro

Segundo Humberto Costa, senador recebeu 'vantagens indevidas' de Cachoeira e praticou 'irregularidades graves'

Decisão seria tomada ainda ontem pelo Conselho de Ética; defesa pede julgamento com 'independência'

GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

O senador Humberto Costa (PT-PE) pediu a cassação do senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO) por quebra de decoro parlamentar.

Relator do processo contra o ex-líder do DEM no Conselho de Ética do Senado, Costa disse que o senador deve perder o mandato porque recebeu "vantagens indevidas" do empresário Carlos Cachoeira e praticou "irregularidades graves" em seu mandato.

A votação do relatório de Costa ainda não tinha começado no conselho até o fechamento desta edição. Com 79 páginas, a leitura do relatório durava quase três horas.

Se a perda do mandato for aprovada, segue para votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e no plenário. Para perder o mandato, o pedido precisa ser aprovado por ao menos 41 senadores em plenário, onde

a votação é secreta.

Costa rebateu as versões apresentadas pelo senador em depoimento no conselho de que desconhecia as atividades ilícitas de Cachoeira.

Disse que Demóstenes, suplente da extinta CPI dos Bingos, sabia que Cachoeira teve indiciamento aprovado pela CPI por vários crimes.

"É incrível que alguém com tanto conhecimento na área de informação e contrainformação simplesmente nada soubesse sobre uma pessoa que lhe era tão próxima."

O relator afirmou que Demóstenes agia como uma espécie de "despachante de luxo" de Cachoeira ao defender seus interesses em órgãos do governo. E que a vida política do senador "gravita em torno dos interesses" do empresário desde 1999.

O relator chamou de "fan-

tasiosa" a versão de Demóstenes quando afirmou que "jogou verde" para Cachoeira ao avisá-lo sobre uma operação da Polícia Federal que desmontaria jogos de azar.

Costa afirmou que há fortes indícios de que o senador recebeu R\$ 20 mil de Gleyb Ferreira da Cruz, um dos integrantes da suposta organização criminosa comandada pelo empresário. "Não deixa dúvida que a pessoa referida no trato dos R\$ 20 mil é o senador Demóstenes."

Sobre os presentes recebidos por Demóstenes de Cachoeira, entre eles um rádio Nextel com as contas pagas, o relator diz que a prática fere a conduta ética da Casa.

O advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, discursou por meia hora na sessão do conselho.

Disse estar convicto de que o STF (Supremo Tribunal Federal) vai anular as escutas telefônicas realizadas pela Polícia Federal que flagraram conversas do senador com Cachoeira e pediu que os senadores julgassem o colega com "independência".

Ele tentou aprovar no conselho um novo prazo para a defesa do senador, mas teve o pedido recusado.

66 A vida política do senador Demóstenes gravita em torno dos interesses de Carlinhos Cachoeira

HUMBERTO COSTA (PT-PE)
senador e relator do caso

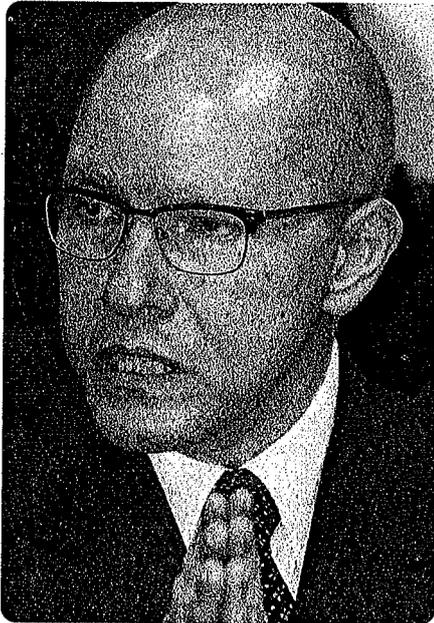
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O PROCESSO CONTRA DEMÓSTENES

Conselho de Ética votou ontem a cassação do senador

26 JUN 2012



Demóstenes Torres depõe no Conselho de Ética do Senado

AS SUSPEITAS

Envolvimento com a organização criminosa que seria comandada por Cachoeira

Fazer lobby em favor da legalização do jogo no Congresso e de outros interesses de Cachoeira

Ter recebido R\$ 1 milhão de Cachoeira, além de presentes como fogão e geladeira

Receber 30% do dinheiro do esquema de jogos ilegais de Cachoeira

A DEFESA

Afirma que grampos da PF que flagraram sua relação com empresário foram ilegais

Nega lobby em favor de Cachoeira, mas admite defender empresas de Goiás, incluindo uma do empresário

Diz que não recebeu dinheiro do empresário e que utensílios domésticos foram presentes de casamento

Demóstenes nega que tenha ganhado dinheiro com exploração de máquinas caça-níquel

CRONOLOGIA

23.mai

Duas testemunhas chamadas pelo senador, **Cachoeira** e o advogado Ruy Cruvinel, se negam a defendê-lo

29.mai

Demóstenes nega acusações que pesam contra ele em seu depoimento no Conselho de Ética do Senado

15.jun

Senador vai ao STF para suspender andamento do caso no conselho, mas pedido é negado

18.jun

Para dar "direito à ampla defesa", Supremo adia por uma semana a votação do processo de cassação de Demóstenes

Ontem

Conselho votou a cassação de **Demóstenes**. Resultado estava indefinido até o fechamento desta edição. Depois, caso ainda vai para CCJ e para o plenário, onde será decidido se o senador será ou não cassado

Fotos Luiza Marques / FolhaPress



A comissão não discute o mérito do caso, apenas analisa se o processo cumpriu todos os trâmites legais

FOLHA DE S. PAULO

Justiça barra imóvel nos Jardins aprovado por auxiliar de Aref

26 JUN 2012

Ex-diretor é investigado pela Corregedoria; construtora diz que obra está dentro da lei

A Justiça suspendeu o alvará para a construção de um edifício de 23 andares na rua Coronel Irlandino Sandoval, nos Jardins, zona oeste paulistana, após ação movida por um grupo de sete moradores.

O empreendimento Indigo fica numa área onde só é permitida a construção de casas, segundo a lei de zoneamento. A rua é pequena e, de acordo com moradores, não comportará o fluxo de carros que o imóvel vai atrair.

A juíza Cynthia Thomé, da 6ª Vara da Fazenda Pública, aceitou em abril passado o argumento dos moradores e concedeu uma liminar (decisão temporária) suspendendo as obras. Cabe recurso.

O imóvel foi aprovado em 2009 pelo então diretor de Aprov 1 (setor da secretaria de habitação que aprova empreendimentos), Paulo Roberto Castaldelli, que é investigado pela Corregedoria do Município.

Castaldelli era auxiliar do ex-diretor do Aprov Hussain Aref Saab e foi indicado para ser membro do Cades (conselho municipal do meio ambiente), um dos órgãos por onde tramitam pedidos de aprovação de empreendimentos. Segundo a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, ele não chegou a assumir o cargo.

O projeto de um prédio com 32 apartamentos é da construtora Yuny. Por enquanto, há no local um estande, que segue fechado. A Fo-

lha não conseguiu localizar Castaldelli. A construtora diz que a obra é legal e respeita a lei de zoneamento (leia texto nesta página).

Em 2009, a Promotoria arquivou uma ação civil pública de uma associação de moradores dos Jardins. Após isso, os sete moradores optaram por entrar com a ação diretamente na Vara da Fazenda Pública.

OPERAÇÃO FÁRIA LIMA

Na briga entre moradores e construtora na Justiça, há a interpretação de duas leis: a de zoneamento e a que criou a Operação Urbana Faria Lima, de 2004.

Os autores da ação dizem que o imóvel desrespeita as duas. A Yuny se apoia na lei que criou a operação, a qual permitiria a construção acima dos limites de zoneamento numa faixa a 50 metros da avenida Brigadeiro Faria Lima, mediante o pagamento de Cepacs (títulos públicos municipais).

Os moradores sustentam, porém, que a regra valeria somente se o imóvel fosse de frente para a avenida.

O empreendimento está dentro da faixa de 50 metros, mas de frente para a rua Irlandino Sandoval. A juíza acolheu o argumento e concedeu a liminar.

“Eles [a construtora] se apegaram à interpretação equivocada de que basta estar dentro da faixa de 50 metros para poder construir, o que não é verdade”, disse Sergio Livovschi, advogado que representa os moradores.

Construtora diz que obra está dentro da lei

Em nota, a Secretaria de Negócios Jurídicos, por meio do Proced (Departamento de Procedimentos Disciplinares), informa que já instaurou sindicância para averiguar os projetos aprovados na prefeitura que tenham sido objeto de algum questionamento. E só se manifestará após a conclusão da sindicância.

A Folha não conseguiu localizar o ex-diretor do Aprov Paulo Roberto Castaldelli. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente disse que ele não pertence ao Cades, já que não tomou posse.

A construtora diz que a obra é legal e tem respaldo na lei da Operação Faria Lima. Afirma que a juíza foi induzida a erro com uma interpretação equivocada da lei.

Para a Yuny, os moradores, que moram em casas próximas ao imóvel, brigam por interesse próprio.

Segundo o advogado Marcelo Terra, os moradores omitiram à juíza que o Ministério Público arquivou uma ação civil movida pela Associação de Moradores dos Jardins Europa, América, Paulista e Paulistano contra a construção, em 2009.

“A construtora agiu dentro da lei e isso é referendado pela Promotoria”, disse Terra.

Para ele, os moradores inventaram um requisito que não está na lei. “O terreno não está de frente para a Faria Lima, mas dentro da faixa de 50 m que a legislação criou. A lei não exige que tenha frente para a rua”, disse.

26 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juíza bloqueia bens de ex-diretor do Apro

Decisão vale para todos os bens adquiridos por Hussain Aref Saab depois de 2005 e atinge ao menos 106 imóveis

Defesa de Aref disse que não pode comentar a decisão do bloqueio porque o processo agora está sob sigilo judicial

A Justiça de São Paulo decretou ontem o bloqueio dos bens do ex-diretor da prefeitura Hussain Aref Saab.

A decretação da juíza Laís Helena Bresser Lang Amaral, da 2ª Vara da Fazenda Pública da capital, é parcial.

Atinge os imóveis adquiridos pelo ex-diretor a partir de 2005, quando ele assumiu o Apro, setor da prefeitura responsável pela aprovação de empreendimentos de médio e grande portes.

Nesse período, conforme o "TV Folha" revelou em maio, Aref adquiriu 106 imóveis estimados em R\$ 50 milhões.

A principal suspeita é que a explosão patrimonial tenha ocorrido com dinheiro proveniente de corrupção, já que a renda mensal declarada do ex-diretor é de R\$ 20 mil.

Os advogados de Aref, que negam qualquer irregularidade praticada pelo ex-diretor, não quiseram comentar a medida (leia texto nesta página).

Esses 106 imóveis, parte registrada no nome da empresa dele, a SB4, foram atingido pela medida. Também foram bloqueadas as centenas de garrafas de vinhos encontradas na casa de Aref.

A Justiça também concordou em bloquear os aluguéis dos imóveis de Aref e da empresa. Para isso, será nomeado um administrador.

Por ser sócia desses bens,

a mulher de Aref também foi atingida pelo bloqueio. Os dois filhos do ex-diretor, entre eles o delegado de polícia Luis Fernando Saab, foram deixados de fora da medida.

Também não foram atingidos pela ordem judicial os bens adquiridos antes disso.

PATRIMÔNIO EM ALTA

Levantamento feito pela **Folha** localizou 12 imóveis em nome de Aref adquiridos antes de 2005, parte recebida como herança paterna.

O Ministério Público tem, agora, 30 dias para concluir o inquérito e ingressar com uma ação de improbidade administrativa contra Aref.

Segundo os promotores, o enriquecimento ilícito estaria comprovado porque há uma desproporção muito grande entre a renda do ex-diretor e o patrimônio dele.

Além disso, a Promotoria tem o depoimento de testemunhas que afirmam que ele recebeu propina para aprovar empreendimentos, irregulares ou não. Elas dizem que ele "criava dificuldades para vender facilidades".

"A propina, assim, era uma espécie de graxa que fazia as engrenagens da máquina administrativa funcionarem rapidamente", diz trecho da ação da Promotoria.

A Promotoria não quis comentar o assunto porque o caso está sob sigilo de Justiça, decretado na sexta.

O Tribunal de Justiça disse que a juíza também não falaria sobre o assunto.

A Justiça também analisa, na área criminal, pedido da Promotoria de quebra dos sigilos fiscal e bancário de Aref, da família e de empresas suspeitas de pagamento de propina ou participação no caso.

EX-DIRETOR INVESTIGADO

Justiça decreta bloqueio de bens de Aref, familiares e empresa

ENTENDA O CASO

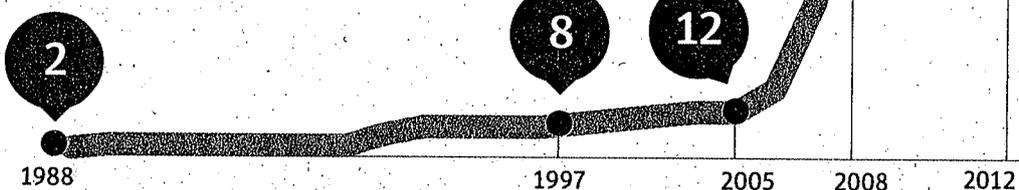


Reprodução

Até assumir o cargo, em janeiro de 2005, Aref tinha 12 imóveis:
> 1 comprado na rua Molière, em São Paulo
> 3 de herança do pai, em São Paulo, dos quais ele tem direito a apenas 1/12
> 8 no interior e litoral

Aref é assessor de Kassab na Secretaria de Planejamento durante a gestão de Celso Pitta

TOTAL DE IMÓVEIS EM NOME DE HUSSAIN AREF SAAB*



A INVESTIGAÇÃO

Diretor do Aprov entre 2005 e 2012, Hussain Aref Saab é investigado sob suspeita de enriquecimento ilícito. No período, ele adquiriu 106 imóveis, estimados em cerca de R\$ 50 milhões



A SUSPEITA

O Ministério Público suspeita que a explosão patrimonial esteja ligada à propina exigida para a aprovação de projetos imobiliários na cidade. A defesa dele nega

Advogado afirma que não pode falar sobre o processo por decisão judicial

O advogado Luís Eduardo Regules, um dos defensores de Hussain Aref Saab na área cível, disse ontem que não pode fazer nenhum comentário sobre o bloqueio de bens de seu cliente porque foi decretado sigilo no processo por decisão da juíza do caso.

“Vamos nos manifestar apenas nos autos do processo”, afirmou o advogado.

Na semana passada, antes do decreto de sigilo, o advogado Augusto de Arruda Botelho, que defende Aref na área criminal, havia dito que não havia necessidade do bloqueio dos bens.

“Todos os bens do sr. Aref estão em nome dele ou da empresa de sua propriedade. Além de devidamente declarados em sua declaração de IR [Imposto de Renda], estão

todos contabilizados e foram adquiridos com recurso próprios de origem absolutamente lícita”, afirmou Botelho.

Ele havia afirmado, inclusive, que os defensores do ex-diretor apresentariam recurso, caso a Justiça determinasse o bloqueio.

Ontem ele também não quis comentar a decisão.

Aref nunca falou com a Folha sobre a explosão de seu patrimônio durante o período em que permaneceu como diretor do Aprov. Ele sempre se manifestou por meio de seus advogados.

Os defensores de Aref negam que ele tenha recebido propinas para aprovar ou acelerar projetos de empreendimentos imobiliários.

26 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Arquivado inquérito de lavagem contra Palocci

Juíza acolheu manifestação do Ministério Público, que apontou 'falta de justa causa' para investigar apartamento de luxo alugado por ex-ministro

A Justiça arquivou investigação sobre suposta operação de lavagem de dinheiro na qual era citado o ex-ministro Antônio Palocci Filho (Casa Civil) por causa da locação de um apartamento de luxo em São Paulo de propriedade do empresário Gesmo Siqueira dos Santos, que tem folha corrida na polícia e no fórum criminal. Em decisão de três linhas, a juíza Cynthia Maria Sabino Bezerra da Silva, do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo), acolheu manifestação do Ministério Público Estadual, que requereu o arquivamento dos autos por "falta de justa causa".

Após oito meses de rastreamento, o promotor Joel Carlos Moreira da Silveira reconheceu, ao pedir arquivamento do procedimento investigatório criminal, "inviável o exercício da persecução penal em juízo".

A investigação havia sido instaurada em 29 de setembro de 2011 pelo Grupo Especial de Delitos Econômicos (Gedec), braço do Ministério Público que combate lavagem de capitais, diante da suspeita de que Gesmo seria laranja do ex-ministro - Palocci alugou o apartamento da Alameda Jurupis, Moema, em fevereiro de 2010, por R\$ 13,5 mil.

O procedimento do Gedec foi aberto com base em representação da Executiva estadual do PSDB, que apontou Gesmo como integrante de uma rede de laranjas. Segundo a denúncia, o empresário se utilizava, "para suas práticas criminosas, dos nomes e dados pessoais de sua mãe, esposa, sogra, sobrinhos e da própria empregada, sendo certo que entre os anos de 2002 e 2011 teve 57 empresas registradas em seu nome ou no de integrantes de sua quadrilha".

Na ocasião, o promotor assinou sobre a existência de "indícios da possibilidade de sucessivas transferências de domínio e de constituição de pessoa jurídica de fachada para ocultar ou dissimular o real proprietário do imóvel".

A defesa de Palocci, a cargo dos criminalistas José Roberto Batochio e Guilherme Octávio Batochio, antecipou-se e franqueou à promotoria todos os documentos relativos à locação do imóvel. Entregou, também, cópias de 40 comprovantes bancários dos depósitos realizados pelo ex-ministro em favor da Mombumbi Administração de Bens Ltda. "O requerente (Palocci) e sua família jamais tiveram qualquer contato com Gesmo Siqueira, tendo sempre tratado as questões relativas à locação junto à administradora responsável", advertiram os advogados.

Antecedente. O Ministério Público concluiu que o delito de lavagem tem como pressuposto a existência de algum dos crimes antecedentes relacionados no artigo 1.º da Lei 9.613/98 (Lei da Lavagem), isto é, os bens, direitos e valores objetos do procedimento de dissimulação ou ocultação devem ser oriundos de ao menos uma dessas infrações penais - como crime contra a administração pública.

Segundo o promotor Joel Silveira, a Lei 9.613 prevê que "somente haverá crime de lavagem, no sentido jurídico, como conduta típica, quando houver lavagem de produto de crime arrolado como antecedente".

"Os elementos de prova ameaçados, contudo, não evidenciam a existência de vínculo entre sobredito bem (o apartamento de Moema) e algum dos delitos antecedentes. Noutras palavras, que seja produto direto ou indireto de alguma daquelas infrações penais", pondera o promotor. "Diante do exposto, por falta de justa causa para a propositura de ação penal, promovo o arquivamento dos autos."

"Quando surgiu essa história fantástica, dando conta de investigação por causa dos antecedentes de um sócio da empresa que figura como proprietária do apartamento que ele (Palocci) alugou, eu já alertara sobre o despropósito, sensacionalismo inaceitável", disse o criminalista José Roberto Batochio. "Na época fui duramente criticado, mas agora vem o próprio Ministério Público e mata a investigação."

PARA LEMBRAR

A acusação de lavagem de dinheiro contra o ex-ministro Antônio Palocci, agora arquivada, é fruto de acusações que o levaram a deixar a Casa Civil, em 7 de junho de 2011. Palocci ficou menos de seis meses no posto. Foi acusado, na época, de ter aumentado em 20 vezes o seu patrimônio entre 2006 e 2010.

26 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Pressão por voto do mensalão abre crise no STF

Após cobrança de Ayres Britto, presidente da Corte, Lewandowski diz nunca ter atrasado ou antecipado julgamentos; processo deve ser liberado hoje

Felipe Recondo / BRASÍLIA

A pressão para que o julgamento do processo do mensalão comece em agosto abriu nova crise no Supremo Tribunal Federal (STF). Em troca de ofícios, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, cobrou do revisor do processo, ministro Ricardo Lewandowski, a liberação do processo até a noite de ontem. Lewandowski reagiu com novo ofício, dizendo, conforme sua assessoria, que nunca atrasou nem antecipou julgamentos para não estimular "odioso" rito de exceção.

No centro dessa nova crise está o calendário do mensalão. Britto não queria novamente ser acusado de dar ao processo um tratamento diferenciado dos demais. Por isso, dizia que Lewandowski precisava liberar o processo até ontem para respeitar os prazos legais de intimação dos advogados.

De acordo com Britto, se Lewandowski liberasse o processo hoje não haveria tempo para que os prazos processuais fossem seguidos antes do dia 1.º de agosto. O julgamento então seria adiado para o dia 6 de agosto.

Lewandowski deve liberar o processo hoje, obrigando Britto a fazer o que não queria: providenciar a publicação de uma edição extra do *Diário de Justiça* para garantir que o julgamento comece no dia 1.º de agosto, conforme decidido pelos ministros em sessão administrativa.

• Teoria do golpe

TARSO GENRO

GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL

"Nosso ex-presidente (Lula)

soube fazer acordos com

partidos fora do eixo da

esquerda, para não ser colocado

nas cordas (pelo mensalão)"

Na semana passada, Britto tentou conversar com Lewandowski sobre esses prazos. Sem sucesso. Lewandowski não o atendeu nem retornou os recados. Aos colegas, o ministro tem reclamado do comportamento do presidente do tribunal. Afirma que nunca o STF marcou a data de um julgamento antes que o revisor terminasse seu voto. Queixou-se ainda que Britto estaria discutindo reservadamente com três ou quatro colegas o cronograma de julgamento, alijando os demais.

Britto, em compensação, afirma que por ser um processo com 38 réus merece tratamento diferenciado, com mais sessões e ritmo acelerado. Além do que, afirma Britto, Cezar Peluso se aposenta no final de agosto.

A relação entre Britto e Lewandowski tem se deteriorado desde que o julgamento do mensalão tornou-se prioridade na Corte. No passado, os dois eram afinados, chegaram a fazer verdadeira campanha em favor da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Quando o assunto mensalão começou a tomar conta do dia a dia do tribunal, os dois entraram em choque.

Paraguai. O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), comparou o mensalão ao impeachment contra o presidente do Paraguai, Fernando Lugo. A análise faz parte de um artigo publicado no portal da *Carta Maior*, no domingo, e difundido nas redes sociais ontem. Tarso afirma que no Paraguai o "golpe de Estado do 'novo tipo'" teve sucesso porque Lugo não tinha uma agremiação partidária sólida. "Aqui eles não tiveram sucesso porque o nosso ex-presidente soube fazer acordos com lideranças dos partidos fora do eixo da esquerda, para não ser colocado nas cordas."

SÔNIA RACY

Sem faca no pescoço

Solução puramente técnica evitaria toda a polêmica em torno da revisão do processo do mensalão no STF, a cargo de Ricardo Lewandowski.

Para cumprir cronograma acordado entre seus pares e colocar a ação em pauta em 1º de agosto, o ministro poderia simplesmente liberar o caso para julgamento — e, depois, apresentar a revisão junto com seu voto. "Ele não está com a faca no pescoço", afirma um dos integrantes do Supremo.

O ESTADO DE S. PAULO

Procurador vai à Justiça pela anulação do Sisu

26 JUN 2012

O procurador da República no Ceará, Oscar Costa Filho, acionou a Justiça Federal ontem solicitando a anulação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do segundo semestre de 2012. Ele diz que o novo processo do Sisu prejudica os candidatos que já estavam inscritos no sistema. "O Sisu cria a possibilidade de alunos matriculados concorrerem novamente, e isso pode favorecer um esquema de venda de vagas." Costa Filho diz que também quer elucidar a ocupação de 17 vagas de Medicina da Universidade Federal no Ceará (UFC) por estudantes transferidos de outras instituições ou beneficiados por decisões judiciais.

O MEC, em nota, disse-se "seguro do processo transparente e republicano do Sisu". O pró-reitor de Graduação da UFC, Custódio Almeida, disse que as acusações não têm "fundamento".

CASO YOKI

Elize tem 2º pedido de habeas corpus negado

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) negou na sexta-feira o segundo pedido de habeas corpus para Elize Kitano Matsunaga, de 30 anos, assassina confessa do marido, Marcos Kitano Matsunaga, diretor executivo da Yoki.

Entre 19 e 20 de maio, ela matou e espartejou Marcos no apartamento onde os dois moravam, na zona oeste de São Paulo. A Vara de Cotia já havia negado o pedido de soltura no dia 12.

BELOMONTE

Justiça nega pedido de reintegração de posse

A juíza federal da 8.ª vara federal do Pará, Priscila Pinto de Azevedo, negou pedido de reintegração de posse da Norte Energia da área que desde dia 20 está ocupada por cerca de 150 indígenas das comunidades Araras da Volta Grande, Jurnas, Xicrins, Kaiapós e Parkanãs. A ação de manutenção/reintegração de posse com pedido de liminar foi ajuizada pelo Consócio Construtor Belo Monte. A juíza definiu também que a empresa "deve encontrara uma saída negociada, com participação da Funai".

O ESTADO DE S. PAULO

Para salvar a Bancoop 26 JUN 2012

Já não sem tempo, o Ministério Público (MP) requereu a intervenção judicial na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), com o afastamento do seu presidente e de duas diretoras, além da indisponibilidade dos seus bens até o limite dos valores devidos pela entidade. “Esgotou-se a expectativa de que os administradores observassem seus deveres e regularizassem eventuais desmandos”, escreveu a promotora de Justiça do Consumidor Karyna Mori, na petição de 118 páginas.

A rigor, os desmandos não são menos reais do que a relutância da cúpula da cooperativa em ressarcir as vítimas de um escândalo cujas primeiras evidências foram levantadas em 2006. A cooperativa, criada 10 anos antes por um sindicato atrelado ao PT, tungou 3 mil cooperados que acreditaram na promessa fraudulenta de se tornarem proprietários de imóveis pelos quais desembolsariam 40% menos do que os valores de mercado.

Em outubro de 2010, o MP paulista pediu abertura de processo por formação de quadrilha, estelionato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro contra o então tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e cinco outros companheiros. Depois de participar da diretoria da entidade durante oito anos, ele a presidiu de 2005 a fevereiro de 2010. Os incautos cooperados compraram na planta e pagaram as prestações de 1.126 mo-

radias, no valor total de R\$ 100 milhões. Ou não receberam os imóveis ou os receberam sem condições de serem ocupados.

Dos 46 empreendimentos oferecidos pela Bancoop, 28 não foram concluídos e 13 nem sequer saíram do papel. Vaccari e seus comparsas foram acusados pelo promotor José Carlos Blat de cavar um rombo de R\$ 168 milhões na conta da entidade. “Uma parte foi para o PT”, sustenta o promotor. Um único repasse de R\$ 200 mil foi identificado. Mas R\$ 31 milhões foram sacados na boca do caixa em sucessivas operações. “A quadrilha contava com sofisticada manipulação de dados dos balanços contábeis”, registrou Blat.

A sua colega Karyna Mori, por sua vez, destaca no seu documento que a atual diretoria da Bancoop é intimamente ligada aos seus antecessores. O presidente Wagner de Castro, para começar, acumula ainda as presidências dos sindicatos dos bancários do ABC e São Paulo. Ele é filiado ao PT, assim como a diretora técnica Ivone Maria da Silva, também dirigente de organismos sindicais ligados à CUT. Ela doou recursos para a campanha do candidato a deputado federal do ex-diretor do Bancoop Ricardo Berzoini.

A propósito, quando coordenador da campanha de reeleição do presidente Lula, em 2006, Berzoini chamou o ex-diretor do Banco do Estado de Santa Catarina Jorge Lorenzetti para integrar a equipe de in-

teligência do PT. Tornou-se um dos nove “aloprados” – protagonistas da tentativa de comprar, por R\$ 1,7 milhão, um dossiê contra o então candidato tucano ao governo paulista, José Serra. Há dias, a Justiça de Mato Grosso enfim abriu processo contra os envolvidos no escândalo.

O criminalista Alberto Zacharias Toron, defensor de um deles, Hamilton Lacerda, que à época coordenava a campanha do petista Aloizio Mercadante ao Palácio dos Bandeirantes, disse estranhar que a denúncia tenha sido oferecida (e aceita) “em período pré-eleitoral e muito próximo ao julgamento do mensalão”. Coincidentemente – ou não –, o advogado da Bancoop, Pedro Serrano, acusa a promotora Karyna de ser movida pelo “desejo inconsciente de levar essa questão para as próximas eleições, dando caráter político à demanda”.

Por esse raciocínio, os escândalos da Bancoop, mensalão e aloprados não poderiam ser objeto de procedimentos judiciais em anos de eleição – um em cada dois, no Brasil. No caso da cooperativa, a Justiça deveria ignorar o prosseguimento, segundo a promotora, “das práticas achacantes para cobrir os rombos verificados até o momento”. O pedido de intervenção judicial na entidade, conforme de liberação de 2011 do Conselho Superior do Ministério Público, visa a sustar tais práticas, cujo custo recai não sobre a diretoria, mas sobre a entidade, em prejuízo dos cooperados.

26 JUN 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

STF absolve ex-dirigentes da Urbs

O Ministério Público do Paraná perdeu na semana passada, no STJ, a ação de improbidade administrativa contra os servidores públicos municipais José Alvaro Twardowski, Fric Kerin e Euclides Rovani. O grupo ocupou a presidência e diretorias da Urbs foi acusado em 2003 pelo ex-vereador do PT, Adenival Gomes, de que os ônibus de empresas ligadas à Urbs não eram multados pelos radares. A fiscalização na época era feita por tacógrafos.

26 JUN 2012

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA E CIDADANIA

Proposta para reduzir problema carcerário

A secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, apresenta hoje, em reunião da Subcomissão Especial de Crimes e Penas da Câmara dos Deputados, em Brasília, uma série de propostas para a solução do problema carcerário brasileiro. Convidada pelo presidente da subcomissão, deputado federal Mendonça Filho, a secretária entregará um documento que identifica no grande número de presos provisórios o ponto essencial da questão e propõe medidas para “desjudicializar” várias situações previstas na Lei de Execução Penal.

O documento — elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penal (CONSEJ), presidido por Maria Tereza — afirma que o Brasil tem um déficit de mais de 219 mil vagas no sistema penitenciário.

De acordo com a secretária, cerca de 45% da população prisional brasileira é de presos provisórios, o que significa 224 mil detentos. “Por outro lado, mais de 55 mil presos cumprem penas que não ultrapassam quatro anos de reclusão e são passíveis de alternativas penais, possibilidades que lamentavelmente não vêm sendo aplicadas em sua plenitude”, afirma.

Para Maria Tereza, a solução do problema depende de medidas que envolvem várias instâncias do poder público. Por um lado estão as reformas, ampliações e construções de novas unidades penais em todo o País, conforme prevê o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional do Ministério da Justiça, com investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão. Por outro, está a modernização e adequação da lei, em função dos desafios de ressocialização e reinserção social dos apenados.

26 JUN 2012

JORNAL DO ESTADO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

CPMI vê deficiência no atendimento no Paraná

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a violência contra as mulheres realizou, até ontem, diligências, audiência pública e reunião com os movimentos sociais e de mulheres no Paraná. Em Curitiba, a comissão constatou falta de estrutura física, material e de pessoal para o atendimento adequado às mulheres.

Nos 399 municípios do Paraná, há somente 16 delegacias especializadas (Deams), nove centros de referência, cinco casas abrigos e dois juizados especializados no atendimento à mulher: um em Curitiba e outro em Londrina, que acumula competência com crimes de crianças. A Defensoria Pública está em fase de implantação.

O Paraná é o único estado da federação a não ter gestora pública no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, falando com os membros da CPMI,

adiantou que o Estado pretende cumprir o pacto nacional assinado com o governo federal e expandir o número de Deams para 27 até o final da atual gestão (2014). De acordo com ele, o IML será reestruturado.

“Temos muito a avançar no Paraná, principalmente no fortalecimento dos conselhos, mas já adotamos medidas importantes que contribuirão para resgatar a dignidade das mulheres”, disse a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes. Ela entregou à comissão documento com as principais ações da sua pasta.

O secretário de Saúde, Michele Caputo Neto, disse que está implantando a Linha Guia de Atenção à Mulher em Situação de Violência, para abordar intersetorialmente o enfrentamento à violência. Dados da Secretaria Estadual da Saúde revelam que foram notificados 7.549 casos de violência contra mulheres entre 2009 e 2011.

Mulheres

O governador em exercício Flávio Arns e secretários de Estado apresentaram ontem a integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher um relato das medidas que o governo local vem adotando para ampliar a proteção às mulheres e reduzir os casos de violência. Foram listadas ações nas áreas de segurança pública, justiça e saúde, como a instalação da Defensoria Pública, criação de delegacias da mulher e formação de uma rede de proteção à mulher.

Mapa

Técnicos das secretarias da Segurança Pública, Saúde, Justiça e Família e Desenvolvimento Social entregam relatórios aos parlamentares. De acordo com o Mapa da Violência elaborado pelo Instituto Sangari e divulgado ano passado, em parceria com o Ministério da Justiça, o Paraná é o terceiro estado em homicídios femininos, com taxa de 6,3 mulheres mortas para cada 100 mil habitantes. Flávio Arns disse que o governo estadual trabalha para reduzir esses números. O Brasil está em sétimo lugar na relação de países com maior número de homicídios de mulheres. Conforme o Mapa da Violência, nos últimos 30 anos, 91 mil mulheres foram assassinadas, 43 mil na última década. Desses crimes, 68,8% foram cometidos dentro de casa, pelos cônjuges.

26 JUN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Estupro

O STF decidiu que relação sexual com criança de 10 anos é estupro, e não pode ser qualificado como algo diferente. Até 2009, o Código Penal considerava que o estupro deveria ser cometido mediante violência, e era presumida quando se tratava de vítimas menores de 14 anos. O artigo foi revogado e a lei atual não cita mais violência, ou seja, não é preciso prová-la.

CONJUR 26 JUN 2012

CNJ recolhe dados nos TJs sobre ações com matéria federal

O Conselho Nacional de Justiça está recolhendo dados nos 27 Tribunais de Justiça do país sobre a quantidade de processos com matéria federal constitucionalmente delegada à Justiça Estadual. O objetivo do levantamento é aprimorar a gestão dos TJs e obter um instrumento auxiliar para elaboração de diretrizes.

A competência delegada é prevista no artigo 109 da Constituição Federal. A norma estabelece que serão julgadas, na Justiça estadual, as causas em que forem parte uma instituição de previdência social e segurados originadas nas comarcas que não sediam vara federal. Nesses locais, os juízes do estado têm competência para processar e julgar processos fiscais da União e autarquias contra devedores ali domiciliados.

A expectativa do Departamento de Pesquisa Judiciária do CNJ, responsável pelo levantamento, é que a coleta dos dados esteja concluída até 20 de julho. Assim, até meados de agosto, o relatório final sobre o tema pode ser concluído.

Em muitos casos, os tribunais estaduais reclamam mais orçamento e pessoal para dar conta dos processos, que o próprio CNJ reconhece representarem um percentual significativo, ainda não preciso, do total de processos federais. O resultado, segundo o DPJ, vai permitir ao Judiciário mensurar com precisão as necessidades orçamentárias e de pessoal, tornando mais efetivo o trabalho das instâncias estaduais. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

CONJUR 26 JUN 2012

Unilever terá de indenizar consumidora em R\$ 10 mil

Reconhecendo o dano moral causado à dona de casa que encontrou um preservativo aberto na lata de extrato de tomate, após ter consumido o produto, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve decisão que condenou a Unilever Brasil Ltda. a pagar R\$ 10 mil à consumidora.

A decisão já havia sido mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, mas a empresa alegou nulidade do julgamento ao STJ, já que o pedido de prova pericial havia sido indeferido. A defesa argumentava que a perícia requerida seria fundamental para demonstrar que o preservativo não poderia ter sido inserido na fábrica, em razão do processo ser inteiramente mecanizado.

No entanto, a ministra Nancy Andrighi, relatora do processo, disse que a decisão do tribunal de negar a produção de prova foi fundamentada. Ela entendeu que apenas por ser mecanizado o processo de produção, não seria possível excluir pela perícia todas as hipóteses que possibilitariam a presença do elemento estranho na embalagem.

Do caso

Depois de preparar o jantar da família, e consumi-lo, a consumidora encontrou o preservativo enrolado no fundo da lata. Ela então levou a embalagem para análise na universidade local e entrou em contato com a fabricante. No entanto, a Unilever Brasil Ltda. recusou-se a compor amigavelmente os prejuízos morais alegados pela dona de casa, que entrou com ação na Justiça.

A fabricante alegou ainda que a dona de casa não teria sofrido dano moral, pois estava confortável o bastante para dar entrevistas à imprensa sobre o caso. A Unilever argumentou que esse comportamento seria “estranho e incompatível com o de uma pessoa que sofre dano moral”.

A ministra Nancy, no entanto, refutou inteiramente a avaliação da Unilever: “Dividir com todos a indignação e a reprimenda faz com que a pessoa passe da indignação ao sentimento de dever cumprido. O próprio fundamento do dano moral, que além de reparação do mal também exerce uma função educadora, justifica a divulgação do fato à imprensa.”

O valor da indenização de R\$ 10 mil foi considerado razoável pela ministra. Segundo ela, é compatível com outras indenizações decididas pela Turma, sem ser exagerado ou irrisório. Ela apontou decisão recente, de sua própria relatoria, em que uma consumidora foi indenizada em R\$ 15 mil por ter encontrado uma barata em lata de leite condensado, também após ter consumido o produto. *Com informações da assessoria de imprensa do Superior Tribunal de Justiça.*

CONJUR 26 JUN 2012

Mãe de segurado só recebe pensão mediante prova

A condição de dependência econômica da mãe do segurado morto, para fins de recebimento de pensão, não é presumida e deverá ser provada. O entendimento é da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou recurso no qual a mulher pedia o reexame de uma questão decidida no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. No caso, um termo de declaração da mãe do falecido traria informação de que seu marido receberia, à época da morte, aposentadoria de sete salários mínimos. A própria mãe teria dois imóveis.

A ação é originária de Minas Gerais. Em primeira instância, o pedido de pensão foi negado. Ao julgar o apelo, o TRF-1 confirmou que, para os dependentes que não integram a primeira classe, como é o caso dos pais, “é imprescindível, além da comprovação do parentesco, a demonstração de dependência econômica”.

Os desembargadores entenderam também que “especialmente em relação aos pais, a regra é os filhos serem por eles assistidos, de sorte que a situação inversa há de ser densamente caracterizada”.

Para o regional, não havia evidência da dependência econômica da mãe em relação ao filho que morreu, já ele morava em cidade diversa e recebia renda de valor mínimo, prestando apenas auxílio eventual. A defesa da mãe insistiu em recurso ao STJ, afirmando que “a exigência de comprovação de dependência econômica não encontra respaldo legal”.

O relator, ministro Castro Meira, rejeitou o recurso monocraticamente. A defesa da mãe recorreu novamente. Desta vez para que o caso fosse analisado pela 2ª Turma. Os ministros reafirmaram o entendimento de que a dependência não é presumida. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.*

AREsp: 136451